

- ✓ Economia
- ✓ Meio Ambiente
- ✓ Poder Econômico
- ✓ Homem X Mulher

volume 3

FORMAÇÃO POLÍTICA PARA MULHERES



**Mulheres
Socialistas**

Secretaria Nacional de Mulheres do PSB

FORMAÇÃO POLÍTICA PARA MULHERES

volume 3



*Mulheres
Socialistas*

Secretaria Nacional de Mulheres do PSB

Conselho Editorial

Partido Socialista Brasileiro

Carlos Siqueira

Secretaria Nacional de Mulheres

Dora Pires

Fundação João Mangabeira

Renato Casagrande

Coordenação Geral

Dora Pires

Organização

Elizabeth Severien

Elaboração e adaptação de textos

Ana Lúcia Carneiro Leão

Elizabeth Severien

Maria de Fátima Oliveira

Catálogo na publicação (CIP)

S446	Secretaria Nacional de Mulheres do Partido Socialista Brasileiro Formação política para mulheres / Secretaria Nacional de Mulheres do Partido Socialista Brasileiro; Elizabeth Severien (Org.) - Brasília: Editora FJM, 2017. 97 p. : il. color. ; 21,5 cm x 20 cm. - (Coleção mulheres socialistas; 3) ISBN: 978-85-60441-30-3 (coleção completa) ISBN: 978-85-60441-33-4 1. Formação política. 2. Mulheres socialistas. I. Autor. II. Título. III. Coleção. CDD: 301.412 CDU: 330.342.15-055.2
------	--

Ficha catalográfica: Willians Juvêncio da Silva CRB - 3140 - 1ª Região. DOX.



Secretaria Nacional de Mulheres do PSB

SCLN 304, Bloco A, Sobreloja 01, Entrada 63

Cep: 70736-510 . Brasília/DF

Fone: 61 3327.6405

Email: mulherespsb40@gmail.com

Revisão

Bruna Presmic

Pesquisa & Revisão Editorial

Ludmilla Brandão . Marina Marcondes

Diagramação

Pró Empresa Informática

Apoio

Daniella Valença

Fernanda Cavicchioli . Virgínia Ciarlini

Fotografia

Shutterstock / Curadoria: Pró Empresa

Impressão

TC Gráfica

Videoaulas

Coordenação Geral

Dora Pires

Organização

Elizabeth Severien

Elaboração e adaptação de textos

Ana Lúcia Carneiro Leão . Elizabeth Severien

Maria de Fátima Oliveira

Revisão

Bruna Presmic

Roteiro

Luciana Capiberibe . Neuza Meller

Pesquisa & Revisão Editorial

Ludmilla Brandão . Marina Marcondes

Direção de arte

Pró Empresa Informática, por

Israel Silvino . Juliano Batalha

Ilustrações

Juliano Batalha . Juliet Jones

Apoio

Daniella Valença

Fernanda Cavicchioli . Virgínia Ciarlini

Direção e Edição de vídeo

Claudio Luis de Oliveira

Assistente de Direção

Francisco Gorman

Produção de Platô

Neuza Meller

Apresentadora

Nadya Alencar

Grafismo em vídeo

Jorge Machado . Juliet Jones . Marcelo Silva

Neto Lins . Paulo Lepletier . Rodrigo Blergh

Rodrigo Nunes . Rodrigo Rangel

Colorização

Romulo Maia

Operação de câmera

Romulo Maia . Wandelson Sousa

Operação de TP

Rodrigo Rangel . Wandelson Sousa

Assistência de Estúdio

Alex Pereira . Toth Campos

Trilha Sonora

Wilson Andrade

Publicação Secretaria Nacional de Mulheres

Palavra da Secretária

Companheiras e companheiros.

Formação política a qualquer hora e em qualquer tempo, de forma continuada, é a proposta da Secretaria Nacional de Mulheres do Partido Socialista Brasileiro (SNM/PSB) para o fortalecimento dos núcleos de mulheres nos estados, para a autonomia e o empoderamento feminino dentro e fora do partido.

Com esse objetivo, a SNM produziu um conjunto de vídeos e textos para serem disponibilizados nos canais de comunicação da Secretaria, da Escola Miguel Arraes, da Fundação João Mangabeira. Assim, o conteúdo poderá ser replicados por qualquer pessoa interessada em políticas de gênero, militantes socialistas ou não. O nosso entendimento de formação política e inserção das mulheres nos espaços de poder é transformar as demandas das lutas femininas em leis, nossa premissa básica.

A ideia é ampliar o alcance das informações sobre as pautas das mulheres socialistas e contribuir para a árdua, tarefa de produzir soluções que combatam a desigualdade de gênero no nosso país. É preciso conhecimento político em todas as áreas de desenvolvimento social e garantia dos direitos básicos para se vislumbrar a construção de soluções, e assim podermos combater as gritantes, desigualdades entre homens e mulheres em todos os segmentos da sociedade, que se perpetuam geração após geração.

A SNM tem aprovada, em congresso, uma Plataforma de Políticas Públicas para as Mulheres, que é um documento orientador das políticas internas do partido e nas representações legislativas e executivas do partido. E é com base neste documento que essas videoaulas foram estruturadas. Será um valioso instrumento de formação política contendo as principais demandas feministas.

Os temas abordados, em cada uma das treze aulas, fazem uma provocação e pretendem estruturar um pensamento político a exemplo do enfrentamento da violência doméstica e sexista, a saúde das mulheres, a inserção no mercado de trabalho, a educação, a geração de emprego e renda, um norteador legislativo, além da história política do movimento feminista, no contexto nacional, mundial e da história da nossa Secretaria.

A função deste curso é disponibilizar de forma simples e direta uma modalidade de construção do conhecimento mais abrangente, e mais acessível, dos temas de maior importância na luta dos direitos das mulheres. Todos os temas defendidos pelos ideais socialistas podem ser acessados e replicados sem a necessidade presencial. Essa é uma forma moderna e eficaz de formar valores e defender bandeiras. O conteúdo será de fácil acesso e vai estar disponível para consulta e download no site da Secretaria Nacional de Mulheres e na Escola Miguel Arraes, da Fundação João Mangueira.

Felizes por podermos apresentar este conteúdo tão rico e de grande importância para nós, esperamos que seja recebido a contento e seja usado, exaurido e assimilado na totalidade.

Saudações feministas!

Dora Pires

Secretária Nacional de Mulheres do PSB

Palavra do Presidente

Um partido político não se resume à disputa de eleições, sua dimensão vai muito além.

A existência de um partido socialista, como o PSB, se justifica, sobretudo, pelo desafio que se impõe de lutar pelas verdadeiras transformações da injusta estrutura social.

Mas, para isso, a formação dos quadros políticos é essencial.

Cabe destacar a relevância desta iniciativa da Secretaria Nacional de Mulheres, em produzir de forma inovadora este conjunto de textos e vídeos sobre os grandes temas de sua luta histórica.

Nos 18 anos de existência, a SNM contribuiu de forma significativa para a organização e formação de novas lideranças em todo o país.

O resultado desse trabalho é a representação cada vez mais fortalecida e qualificada das mulheres socialistas na defesa de seus direitos e na busca do lugar que lhes corresponde na sociedade, na política e no poder.

Carlos Siqueira

Presidente Nacional do Partido Socialista Brasileiro - PSB

Palavra do Casagrande

Mulheres no Poder

Vivemos o mais longo período democrático da história brasileira.

Desde a eleição de Tancredo Neves e toda a abertura política, a partir dos anos seguintes, acompanhamos o fortalecimento das instituições, da liberdade de expressão e da cidadania incorporada a nossa realidade.

Neste tempo, vimos a afirmação feminina se destacar e alcançar direitos, escandalosamente, reservados apenas aos homens. A Fundação João Mangabeira (FJM), órgão responsável pela formação política dos segmentos organizados do Partido Socialista Brasileiro (PSB) vem, ao longo do tempo, trabalhando em parceria com as mulheres socialistas.

Tratamos o movimento de mulheres do PSB como um organismo de fundamental importância para o empoderamento da mulher no país. As mulheres representam mais de 50% da população brasileira e mais de 50% da população economicamente ativa do país.

Essa maioria não se expressa nos espaços de poder e decisão. Nos partidos políticos, principalmente, são minoria quando, notadamente, é importante sua contribuição na construção da política.

A FJM se esforça para melhorar da construção política a partir da formação dos segmentos organizados do PSB. As mulheres, há 18 anos, vêm avançando e inserindo-se nos espaços internos de poder e a FJM apoia, por considerar, que o mundo deve ter equilíbrio entre homens e mulheres.

A equidade de gênero é o nosso foco. Temos o compromisso com a formação política das mulheres socialistas e, em especial, na criação de um produto construído através de vídeos e textos, que servirão para todas as mulheres brasileiras politizadas no Brasil.

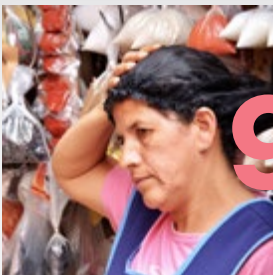
Saudações às mulheres que compõem a secretaria nacional, as secretarias estaduais e o segmento organizado.

Renato Casagrande

Presidente da Fundação João Mangabeira

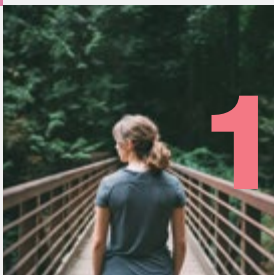
Índice





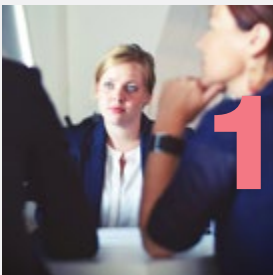
9

Mulher e autonomia econômica: empreendedorismo e emprego _____ 12



10

Mulheres, meio ambiente e desenvolvimento rural _____ 28



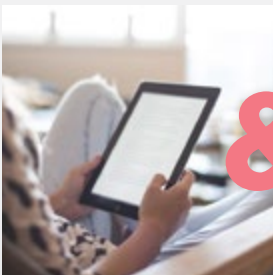
11

Mulher e poder político: partidos e participação _____ 50



12

Homem X Mulher: vamos empatar esse resultado? _____ 74



&

bibliografia, fontes das imagens, telefones úteis _____ 84

MULHER E AUTONOMIA ECÔNOMICA: Empreendedorismo e emprego





Mulher e autonomia econômica: empreendedorismo e emprego

A decisão mais difícil é a de agir, o resto é meramente obstinação. Você pode fazer qualquer coisa que decidir fazer. Você pode realizar mudanças e assumir o controle de sua vida. Esse é o processo e ele a sua própria recompensa.

Amelia Earhart, 1897-1937 ¹

No Brasil, as mulheres são a maioria da população; passaram a viver mais; têm tido menos filhos; ocupam cada vez mais espaço no mercado de trabalho e, atualmente, são responsáveis pelo sustento de 40 % das famílias brasileiras. De acordo com projeção de população, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para 2017, vivem hoje no Brasil 105,1 milhões de mulheres.

¹ Pioneira na aviação dos Estados Unidos. Autora e defensora dos direitos das mulheres.









AS MULHERES E O MUNDO DO TRABALHO

...Como o elemento negro e a maior parte das mulheres foram alijados das relações de assalariamento puro, as narrativas apontaram o homem branco migrante como único sujeito deste processo. Novas abordagens, porém, vêm retomando a importância dos elementos étnico-raciais e de gênero para a conformação das experiências de classe que sujeitos concretos vivenciaram ao longo da história.

A maior parte das mulheres sempre trabalhou. Suas trajetórias no mundo do trabalho não se iniciaram no pós-abolição, no pós-guerra ou nos anos 1970. Os primeiros dados oficiais de que se tem conhecimento apontam que, em 1872, elas representavam 45,5% da força de trabalho. Nesta época, de acordo com levantamento realizado por Brumer (1988) a partir do Censo demográfico 1872, as mulheres estavam empregadas predominantemente na agropecuária (35%), nos serviços domésticos em lar

alheio (33%) ou no serviço de costura por conta própria (20%).

Neste mesmo período, em uma conjuntura na qual a atividade industrial era incipiente e a agricultura respondia pela maior parte da absorção da força de trabalho, as mulheres representavam 91% das pessoas ocupadas na indústria. Embora fossem absoluta maioria na indústria têxtil, aos homens estavam reservadas as tarefas consideradas mais qualificadas, ocupando os cargos de chefia, escritório, controle e manutenção de máquinas. Já as mulheres estavam confinadas na fiação e na tecelagem, tarefas que, além de menos valorizadas em termos de salário e prestígio, eram árduas, penosas e de difícil execução, com grande exigência de velocidade e força física. Além de terem de se submeter às regras morais, as mulheres suportavam uma elevada desvalorização social do seu trabalho. Embora no alvorecer da industrialização constituíssem maioria do operariado, percebiam, em média, 30% menos que os homens em termos salariais (Fonseca, 2012).

Após 1920, reduz-se drasticamente a participação econômica ativa (PEA) feminina. De acordo com Brumer “é preciso considerar, entre outras características, que, no período de realização do primeiro recenseamento, a maior parte da população brasileira ocupava-se em atividades ligadas à agricultura ou pecuária, que a atividade industrial era reduzida e pouco diversificada, e que a escravidão ainda não havia sido abolida” (Brumer, 1988, p. 20). É importante lembrar que, neste contexto, grande parte da produção se desenvolve dentro dos limites domésticos. (IPEA, 2014, p.592).

A mão de obra feminina só começou a ficar ‘visível’ para a sociedade brasileira, a partir dos anos 70 – mesmo que desde o início da história da construção do Brasil as mulheres, principalmente as negras escravizadas, tenham contribuído de forma determinante com a economia deste país - com momentos de grande ofensiva na década de 90, chegou-se ao final do século

passado com expressivos 50% de mulheres em atividade, ocupando 35% dos cargos e empregos formais no Brasil. Nos 10 anos que abrangem o período de 2004 a 2014 ocorre certa estabilização e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), do IBGE, registra uma muito pequena alteração, com uma oscilação entre 51% e 53% de mulheres ativas.

No Relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 2010, está assinalado que em 15 anos houve, no mundo e no Brasil, indícios de avanços em termos de igualdade de gênero, mas observa-se, também, que continua a existir uma acentuada diferença entre homens e mulheres quanto às chances de trabalho e à condição do emprego.

O que não foi dito é que o Brasil ocupa os piores lugares nos ranques internacionais que medem as desigualdades de gênero no mundo!

Perguntas impertinentes, ainda!?

“**Você entende mesmo disso?**”² Esta pergunta que, muitas das vezes é dita em tom de brincadeira, é repetida vezes sem conta em reuniões de negócios e em ambientes de trabalho quando as mulheres se propõem a discutir ou apresentar soluções para os problemas das empresas de uma maneira geral. É uma forma dissimulada, velada de dizer que aquele lugar não é para elas - que lugar de mulher é em casa - é uma forma de disfarçar o machismo que impera na sociedade, e que não é diferente no mercado de trabalho.

Até mesmo no mundo digital, uma área que se vangloria de fazer parte da vanguarda da economia, as piadas e ofensas dirigidas às mulheres são um tremendo lugar-comum! Em recente matéria publicada em revista de grande circulação no Brasil, escrito por **Talissa Monteiro**,

² Com essa pergunta, aspeada, Talissa Monteiro, jornalista e professora de Ioga inicia seu artigo *Machismo nada virtual*.



cujo título é **“Machismo nada virtual”**³, lê-se, com certo espanto, que no quesito machismo, nem os ventos soprados do Vale do Silício – a região americana que reúne os gigantes, do universo digital – conseguiram, ainda, varrer do mapa a ideia retrógada, ultrapassada, superada de que o mundo pertence aos homens.

Ainda no referido artigo, tomamos conhecimento que, em 2016, uma pesquisa encabeçada pela agência **nova/sb**⁴ demonstrou que a miso-ginia ocupa a segunda colocação (a primeira é ocupada pela política) entre os tópicos mais discutidos nas redes sociais, apresentando, no que dizia respeito às mulheres, um percentual de 88% de comentários negativos.

A despeito desses dados que nos remetem para

³ Cf. VEJA, edição 2541, ano 50, no 31, Comportamento, 02/08/2017.

⁴ A nova/sb é uma agência de publicidade e propaganda 100% nacional. Primeira empresa brasileira a criar campanhas para a Organização Mundial da Saúde (OAS) e para a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

séculos passados – lembram-se dos filósofos gregos, dos grandes pensadores da humanidade, do que eles diziam sobre as mulheres? - **o perfil das mulheres no mundo de hoje é bem outro, mesmo que os homens continuem pensando da mesma maneira há séculos.**

Hoje, além de trabalhar fora de casa e ocupar cargos de chefia em variadas empresas e instituições, as mulheres realizam as tarefas domésticas e na maioria dos casos, são também de sua responsabilidade os cuidados com o(a)s filho(a)s. É uma dupla jornada, é verdade, mas estamos chegando lá.

Essa constatação, apenas, nos leva a pensar que mesmo com os imensos esforços que historicamente as mulheres têm desenvolvido para superar as desigualdades de gênero, frente a diferentes situações, seja no trabalho, na comunidade, no partido político, no sindicato, enfim na sociedade como um todo, muito, ainda, se tem que enfrentar para alcançar a igualdade de



fato e de direito entre homens e mulheres! Mas nós somos obstinadas!

No mundo do trabalho, a discriminação é um grande obstáculo a ser encarado. Afora o preconceito de gênero e de cor/raça, a mulher sofre discriminação por origem, idade, orientação sexual, gravidez, doença e deficiência, ou seja, por ser mulher em toda e qualquer condição! Além disso, as mulheres são as maiores vítimas do assédio, tanto sexual como moral. Também são as que mais sofrem com as doenças ocupacionais, decorrentes de condições inadequadas de trabalho.

Mesmo com todos esses senões as mulheres sempre acreditaram na ideia de que era possível conciliar os filhos e uma carreira profissional, até porque assim sempre acontecera. E a partir de 88, acreditaram, também, que a Constituição Cidadã levaria o Estado Brasileiro a encarar com seriedade e responsabilidade a criação de creches de qualidade que oferecessem educação e proteção às suas crianças, para que pudessem trabalhar, com tranquilidade.

As novas demandas do mercado de trabalho apontaram para a necessidade da ampliação de seu universo de conhecimentos. As mulheres resolveram, então, estudar mais e melhor se capacitar. Hoje, têm maior nível de instrução do que os homens na mesma faixa etária. Se em 2000 a maior parte da população economicamente ativa com nível superior era composta por 51,3% de homens, hoje a primeira posição é ocupada por 53,6% de mulheres – mesmo assim, ainda recebem menores salários e ocupam os mesmos postos de trabalho com menor remuneração. Se a mulher for negra, as injustiças são, ainda, maiores, e o salário é ainda menor.

E, como se fossem poucos esses abusos, ainda encontramos empregadores que, a ‘uma altura dessas do campeonato’, preferem funcionários do sexo masculino porque as mulheres podem ficar grávidas!? É de não se acreditar que ainda existam mentalidades como essas, em pleno século XXI.

Bem, o maior número de mulheres encontra-se trabalhando nos setores de saúde, indústria têxtil, comércio varejista, como professoras, cabeleireiras, manicures e funcionárias públicas; totalizando nessas áreas 80% da mão de obra feminina.

Entretanto, há um grande contingente de mulheres trabalhadoras concentrado no serviço doméstico remunerado; em 2014, eram



O EMPREGO E A RENDA SÃO DOIS COMPONENTES DECISIVOS QUE CRIAM CONDIÇÕES PARA QUE AS MULHERES SE LIBERTEM DAS INCONTÁVEIS SITUAÇÕES DE OPRESSÃO E HUMILHAÇÃO QUE, AINDA, VIVEM EM RELAÇÃO COM OS HOMENS.

5,9 milhões de mulheres exercendo essa tarefa. Em maior número são mulheres negras, com baixo nível de escolaridade, após séculos de exclusão essa parcela da população teve, finalmente, seus direitos trabalhistas ampliados por meio da Emenda Constitucional nº 72/2013.

De toda sorte, as mulheres comprovaram que além de ótimas donas de casa, e de exercerem as profissões que mostramos acima, podem também ser boas pedreiras, motoristas, mecânicas, economistas, médicas, arquitetas, astronautas, aviadoras, engenheiras, advogadas, escritoras, filósofas, cientistas, empresárias...

As mulheres hoje estão em praticamente todas as profissões, participando ativamente do mundo do trabalho: tanto as que vivem nas cidades (56%), como as que vivem no meio rural (46%).

Outro dado importante é o aumento da mão de obra feminina nos últimos 10 anos, **no mercado formal de trabalho**. Em 2007, as mulheres representavam 40,8% desse mercado e em 2016, passaram a ocupar 44% das vagas. Esse é o número médio de vagas ocupadas por mulheres no mercado formal do Brasil.



Ainda, de acordo com o levantamento do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (Caged) e da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), Roraima e Acre são os estados brasileiros com menor diferença entre homens e mulheres na ocupação de vagas no mercado de trabalho formal: as mulheres ocupam 49,6% e 47,2% das vagas de trabalho formal, respectivamente. Já Distrito Federal com 39% e Mato Grosso com 39,5%, são os com menores percentuais de mulheres em atividades formais.

Com todas as dificuldades e discriminações, a expansão da mão de obra feminina, mesmo que mais lenta nos últimos tempos, tem provocado uma transformação estrutural na força de trabalho e é responsável por criar um ambiente favorável para outras mudanças na situação de desigualdade de oportunidades e da qualidade de trabalho existente entre e para homens e mulheres.

Mesmo que isso lhes acarrete o ônus da dupla jornada de trabalho, acrescida muitas vezes, dos

cuidados com as pessoas idosas.

Por outro lado, com o objetivo de contribuir para a eliminação das discriminações e desigualdades vivenciadas pelas mulheres no ambiente de trabalho, a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres criou o Programa **Pró-Equidade de Gênero e Raça** que busca identificar, compreender e fazer a gestão de processos inter-relacionados que contribuam com a igualdade de direitos entre mulheres e homens que constituem a força de trabalho no interior das organizações.

O **Pro-Equidade** destina-se a empresas e instituições de médio e grande porte dos setores públicos e privados e a adesão ao Programa é voluntária. Para se habilitar a receber o **Selo Pró-Equidade**, a empresa realiza um diagnóstico e elabora um plano de ação em que explica como serão desenvolvidas as ações em prol da equidade de gênero e étnico racial ao longo de 18 meses. A concessão do **Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça** às organizações que aderirem ao programa está sujeita ao cumprimento destes princípios,



expressos de forma quantitativa e qualitativa no Plano de Ação de cada uma delas.

Detalhamento dos objetivos do Programa:

- Contribuir para a eliminação de todas as formas de discriminação no acesso, remuneração, ascensão e permanência no emprego;
- Conscientizar e incentivar empregadoras e empregadores em relação às práticas de gestão de pessoas e de cultura organizacional que promovam a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens dentro das organizações;
- Reconhecer publicamente o compromisso das organizações com a igualdade entre mulheres e homens no mundo do trabalho;
- Promover a rede Pró-Equidade de Gênero e Raça;

- Disponibilizar e divulgar um banco de práticas de igualdade entre mulheres e homens e raça no âmbito da gestão de pessoas e da cultura organizacional no mundo do trabalho.

O **Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça** reafirma os compromissos de promoção da igualdade entre mulheres e homens inscrita na Constituição Federal de 1988; reitera a importância do acesso de todas as pessoas aos direitos universais e promove a adoção de ações afirmativas voltadas para grupos historicamente discriminados. A iniciativa tem o apoio da ONU Mulheres, da Organização Internacional do Trabalho e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Outra organização bastante forte na luta contra as desigualdades é a **Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais de São Paulo**; trata-se de uma organização não governamental, sem fins lucrativos, apartidária e não assistencial, que agrega mulheres empresárias e profissio-

nais com ideais comuns, tais como: eliminação de todos os tipos de discriminação, encorajamento e promoção das mulheres à margem do mercado de trabalho, oportunidades na vida econômica. Ligada à Federação Nacional e através dela, à *International Federation of Business and Professional Women*, está presente em mais de 100 países, com mais de 40 mil mulheres organizadas e com forte representação na ONU.

Contudo, em razão da precarização do emprego remunerado as pessoas de uma maneira geral e as mulheres em particular têm buscado se inserir em outras atividades produtivas. O empreendedorismo tem sido a grande saída para as mulheres, pois, como já vimos mesmo com maior nível de escolaridade em relações aos homens os salários e cargos mais altos, ainda lhes são negados.

Com isso, o número de empresárias brasileiras aumentou 34%, nos últimos 14 anos, segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Em 2014, no Brasil, mais de 7,9 milhões de mulheres abriram micro e pequenas empresas como forma de alcançar

autonomia financeira. Portal Brasil, publicada em 07/03/2017.

Um levantamento da Global Entrepreneurship Monitor (GEM), que é a principal pesquisadora de empreendedorismo no mundo, aponta que, em 2014, 51,2% dos empreendedores que iniciaram negócios eram **EMPREENDEDORAS**.

Segundo o depoimento de Roberta Bento, “o machismo está impregnado no ambiente dos escritórios. Quando tomei a decisão de deixar o cargo de diretora numa multinacional em que trabalhava havia dezoito anos, para me tornar empreendedora; chamaram-me de louca. Tenho certeza de que era só por eu ser mulher. Pois um colega do sexo masculino tomou a mesma decisão, na mesma situação, e foi elogiado como corajoso e ousado.” Roberta, 51 anos, pedagoga paulista de São José dos Campos, é dona da BrainBento, aplicativo de educação voltado para aprimorar a interação entre professores, pais e alunos. A empresa, criada em 2015, em sociedade com a filha, Taís, de 27 anos, faturou 600 mil reais em 2016⁵.

⁵ Cf. VEJA, edição 2541, ano 50, nº 31. Comportamento, p.86, 2017.

O relatório da agência da ONU, Panorama Mundial Social e de Emprego 2017 diz que, em média, a lacuna de gênero atingiu 26,7%, no mundo, neste ano. A participação dos homens na força de trabalho chegou a 76,1% e a das mulheres a 49,4%. Para 2018, a perspectiva é de que os índices devem se manter estáveis, com uma queda de 1% para os dois lados. Isso quer dizer que em cada 100 mulheres, apenas, 49 trabalham; enquanto em cada 100 homens, 76 estão no mercado de trabalho, no mundo.

No Brasil de hoje em 100 mulheres 44 estão no **mercado de trabalho formal**. Contudo, a participação da mulher brasileira como um todo, no mundo do trabalho, segundo a OIT é de 56,8%, enquanto que a participação masculina é de quase 78,2%. Portanto há uma diferença de (quase) 22% nessa posição. Isso quer dizer que para que as mulheres empatem com os homens em participação no mercado de trabalho, é preciso que mais 22 mulheres em cada 100 entrem no mercado de trabalho.

Os dados demonstram que, apesar de avanços, a mão de obra feminina precisa de reconheci-

to, impulsos e políticas públicas – a exemplo de criação de mais creches de qualidade – por parte do poder público e da sociedade para que esse quadro possa vir a ser revertido e mais mulheres ocupem espaços – com dignidade e tranquilidade – no mercado de trabalho.

Especialistas da OIT indicam que para diminuir essa diferença é necessário que haja a promoção de salários iguais para trabalhos iguais de homens e mulheres! Indicam, ainda, que os governos invistam na superação das causas da segregação ocupacional e setorial. E apontam que as autoridades devem apoiar uma maior representação e participação feminina em todos os setores, inclusive, no papel de liderança e nas tomadas de decisões.

**A AMPLIAÇÃO DA OFERTA
DE VAGAS EM CRECHES É
UMA IMPORTANTE MEDIDA
QUE REFORÇA A AUTONOMIA
DAS MULHERES.**



Mulheres, meio ambiente e desenvolvimento







Mulheres, meio ambiente e desenvolvimento

*“Só quando a última árvore for derrubada,
o último peixe for morto e o último rio for
poluído é que o homem perceberá que
não pode comer dinheiro”.*

Provérbio indígena

Vamos abrir este tema com um pouco de história.

O pensar sobre a relação que perpassa as sociedades humanas e a natureza nos fará viajar um pouco na história, na filosofia, na geografia, na matemática, na antropologia, na biologia, na sociologia, na economia e, sobretudo, na formação das culturas em suas diferentes fases que caracterizam a relação homem-natureza.

É consenso entre vários pensadores que os mistérios, conflitos, problemas, desastres entre as sociedades humanas e a natureza remontam desde os tempos bíblicos. No Gênesis é colocado que a criação de Deus no gênero masculino afasta o feminino da mãe natureza, enfatizando

-se Deus – Homem – Natureza. Neste princípio bíblico o homem já se situa ao lado de Deus e colocado como superior à natureza!

A nossa história está apenas começando. Por exemplo, algumas palavras-chaves podem traduzir e marcar a história da relação **sociedade – natureza**.

A primeira que podemos destacar é a **harmonia**. Neste período de formação das sociedades humanas, todos se relacionavam com a natureza de forma harmoniosa, caçavam, pescavam, eram interdependentes e nômades. Todos se ajudavam mutuamente, partilhando o que conseguiam caçar e colher.



A necessidade de se unirem para sobreviver, fortalece laços de confiança. A cooperação ajudava-os a construírem abrigos em menor tempo, a desenvolver táticas de caça em conjunto ou a dividir tarefas.

Os estudiosos da pré-história apontam que na maior parte das sociedades de caçadores e coletores o trabalho era dividido de acordo com o sexo: os homens caçavam e as mulheres colhiam vegetais e cuidavam das crianças.

O produto obtido através do trabalho era compartilhado e utilizado ao tempo que era produzido. O domínio do fogo provavelmente foi o primeiro grande passo do homem paleolítico para vencer as pressões naturais do meio ambiente. O fogo aquecia os homens nas noites frias, iluminava cavernas, espantava animais perigosos e cozinhava alimentos. Quando se tornou capaz de produzir e apagar o fogo, transportá-lo e utilizá-lo, o homem diferenciou-se definitivamente dos outros animais, pois, controlava um misterioso processo natural.

Outra palavra-chave: **domínio**, que veio marcar uma nova fase na cultura ambiental, surgiu no período da revolução Neolítica com a descoberta da agricultura. Nesta fase, as sociedades hu-



A palavra chave que marca este período da Revolução Industrial é ruptura, este modelo de desenvolvimento econômico vê a natureza como matéria prima e fonte inesgotável de recursos. A natureza passou a ser concebida cada vez mais como um objeto a ser possuído e dominado.

manas passam da coleta ao plantio, inicia-se a domesticação de animais, descobre-se a irrigação. Vem daí as primeiras grandes clareiras, resultado do desmatamento das florestas e matas. Começa-se a armazenar e estocar alimentos. As sociedades deixam de ser nômades, e passam a se fixar em um mesmo local. Surgem as primeiras aldeias, vilas. O domínio da técnica da irrigação resultou na “domesticação” da natureza através da agricultura. Nesse contexto, surge a prática do **domínio** sobre a natureza porque “dominar a natureza seria dominar algo inconstante, imprevisível e instintivo”. É a visão **antropocêntrica** de mundo.

A Revolução Industrial marca uma nova fase na evolução da relação homem - natureza.

A divisão social do trabalho contribuiu para que houvesse o processo de ruptura entre o fazer e o pensar, bem como da ruptura entre homem-natureza.

A perda da identidade integrada, interdependente, harmônica do homem com a natureza, se dá a partir do modelo acumulador de desenvolvimento, mercantilista, imediatista, do lucro pelo lucro, no qual a natureza, o meio ambiente se tornam reféns do “Homem”.

A sociedade contemporânea utiliza a ciência, a tecnologia a serviço do lucro, do crescimento predatório social e ambientalmente. A urbanização desenfreada, as monoculturas de cana de açúcar, de soja, de eucaliptos, de café, de milho, de arroz, a pecuária extensiva e os latifúndios alarmantes e gigantes, o desmatamento galopante, a poluição de rios, lagos, lagoas e mares, a ausência de saneamento básico, a poluição do ar, do solo e das águas, a perda da biodiversidade, a perda da vegetação e de animais, o derramamento de óleos, produtos químicos e tóxicos no meio ambiente rural e urbano, a produção alarmante de lixo nas mais variadas origens e formas. Estes são apenas alguns problemas ambientais planetários.

A partir daí, a degradação ambiental prospera, alastra-se por todos os recantos do planeta. Aonde este modo de produção se estabelece, a degradação socioambiental vai atrás de maneira feroz e veloz.

A crise socioambiental e o modelo de desenvolvimento

As barreiras da lógica desenvolvimentista de que faz um país crescer necessita aumentar o PIB interno e, para isso, há que se explorar o capital natural a todo custo; este modelo econômico se espalhou por todo o planeta e no Brasil ele prevalece.

A utilização irracional dos recursos naturais, o desperdício de matérias-primas, de energia e de trabalho provocam, assim, a destruição do **meio ambiente**, ou seja, se instala, irreversivelmente, a crise ambiental planetária. Um modelo de desenvolvimento socialmente injusto, ambientalmente degradador, predatório e economicamente insustentável.

O homem, gênero masculino, sempre esteve à frente das decisões e do desenho deste modelo de desenvolvimento que se consolidou desde a Revolução Neolítica. Ele sempre esteve nas rédeas do planeta, controlando muitas sociedades e nações, com a destruição e depredação da vida, degradação do ambiente natural em suas múltiplas dimensões.

Para se alcançar os objetivos de um novo modo de vida em sociedade precisamos de um novo agir, uma nova forma de pensar, sentir e realizar para que transformações aconteçam. Este novo olhar, esta nova mão deverá ser feminina. “Deverá ser feminino no agir e no sentir, para se chegar a outro destino ancorado na vertente do cuidado, ação inerente à essência do ser mulher, pois, da forma como está, não pode ficar; por isso, torna-se imprescindível e urgente uma grande transformação na Política, na Economia e no Meio Ambiente, com a mulher ocupando esses três espaços.” (Elissandro dos Santos Santana, *in* Desacato. Info)

Crise socioambiental planetária. O que fazer? O passo a passo

A reflexão sobre a crise ambiental planetária teve início no **Clube de Roma** em Paris – 1968, onde os chefes de Estados de 35 países se reuniram para refletir sobre o rumo do crescimento do planeta. Deste encontro surgiu o termo e a proposição do “**Crescimento Zero**” - Limites do crescimento. Os cientistas do Clube de Roma, liderados por Dennis Meadows, argumentam que a sociedade se confrontaria dentro de poucas décadas com os limites do seu crescimento por causa do esgotamento dos recursos naturais. Para alcançar a estabilidade econômica e ecológica, propõe-se o congelamento do crescimento da população global e do capital industrial, mostrando a realidade dos recursos limitados e indicando um forte viés para o **controle demográfico**. Este fator é polêmico e não se coaduna com o pensamento que a maioria das organizações não governamentais e governamentais defende como causa maior da origem da crise ambiental. Qual seja a degradação ambiental está diretamente vinculada ao modo de produção e uso dos recursos naturais.



Outro fato marcante e histórico foi o lançamento do Livro **“Primavera Silenciosa”**, em 1962, de autoria da cientista e ecologista americana Rachel Carson. Este livro apresenta um questionamento sobre o modelo agrícola convencional adotado nos Estados Unidos e sua crescente dependência do petróleo como matriz energética. Ao tratar do uso indiscriminado de substâncias tóxicas na agricultura, alertava para a crescente perda da qualidade de vida produzida pelo uso indiscriminado e excessivo dos produtos químicos e os efeitos dessa utilização sobre os recursos ambientais e saúde da população. Os famosos **agrotóxicos, ainda tão presentes na agricultura mundial.**

A I Conferência Internacional das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, ocorrida em Estocolmo, em 1972, foi outro marco internacional no qual se discutia a dicotomia em desenvolvimento

econômico e a preservação ambiental; um não seria possível com o outro.

Em 1988, a Primeira Ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, lança o Relatório Brundtland das Nações Unidas – Our Common Future, Nosso Futuro Comum. Neste livro surge pela primeira vez em escala mundial o termo.

Desenvolvimento Sustentável significa atender as necessidades básicas e de bem-estar das atuais gerações, sem deixar de garantir os anseios e necessidades das futuras gerações.

Desenvolvimento Sustentável

E o mundo inteiro continua a pensar e agir sobre a Crise Ambiental Planetária

Em 1992, no Rio de Janeiro ocorreu um evento especialíssimo das Organizações





Nesta Cúpula da Terra foram firmadas as Convenções sobre a Diversidade Biológica, do Combate à Desertificação, das Mudanças Climáticas, a Declaração dos Princípios sobre Florestas, a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e a Agenda 21 Global.

das Nações Unidas, 20 anos após a Conferência de Estocolmo. Representantes de 180 países foram ao Rio de Janeiro, para discutir e produzir documentos consensuais a respeito de como diminuir a degradação ambiental e garantir o direito das futuras gerações. O grande desafio posto aos líderes de todas as nações era o desenvolvimento sustentável. Pensar local e agir globalmente, sobre um modelo de desenvolvimento menos consumista, ambientalmente protegido, socialmente justo e economicamente equilibrado.

Em paralelo às convenções governamentais, as organizações não gover-

namentais e movimentos sociais dos mais diferentes recantos do Planeta Terra reuniram-se no Aterro do Flamengo – Fórum Global - produzindo o que conhecemos como Carta da Terra e diversos Tratados, dentre os quais se destacou o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Este Tratado estabelece dezesseis princípios fundamentais da educação ambiental para as sociedades sustentáveis, enfatizando a necessidade de um pensamento crítico, de um fazer coletivo e solidário, da interdisciplinaridade, da multiplicidade e diversidade.

As bases ideológicas do Tratado de Educação Ambiental para Sociedade Sustentáveis e Responsabilidade Global têm como um dos seus princípios a inserção da mulher no processo da tomada de decisão, de escolhas, de estratégias para a formação das sociedades sustentáveis. Figura, por exemplo, em suas diretrizes, mais precisamente no número 9 - promover a corresponsabilidade dos gêneros feminino e masculino sobre a produção, reprodução e manutenção da vida.

Voltando a destacar a Rio 92, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no espaço do Fórum Global, as mulheres protagonizaram ações, propostas e tratados na Tenda chamada Planeta Fêmea.

Na Conferência Mundial para as mulheres em Pequim na China em 1995, foi assegurada às mulheres a participação igualitária no processo de desenvolvimento sustentável. Todos os avanços nos direitos da mulher colocaram-na,

em muitos países, como protagonistas, com condições pessoais e políticas em atuar nos temas e questões humanitárias e ambientais.

Durante a Rio + 20, ocorrida em 2002, verificou-se que a incorporação do marco ecológico nas decisões econômicas e sociopolíticas tem na construção do conceito de desenvolvimento sustentável um referencial que assume visibilidade, e que coloca o desenvolvimento como uma forma de modificação da natureza e que, portanto, deve contrapor-se tanto os objetivos de atender às necessidades humanas como, de outro lado, prever seus impactos, e dentre estes, aqueles que afetam a base ecológica, a natureza, o meio ambiente.

No entanto, na prática, os avanços foram muito aquém do que o planeta, a natureza, o meio ambiente necessitam e daquilo que os povos do mundo inteiro clamam por tornar real.

Como fazer diferente? Quem é responsável?

Quando começar a fazer e pensar diferente.

Ao refletirmos em **COMO FAZER O DIFERENTE**, temos que nos reportar aos princípios, diretrizes e fundamentos da Educação Ambiental. Este é o caminho da transformação de um modelo de desenvolvimento predatório, socialmente injusto e economicamente insustentável para um modelo de desenvolvimento inclusivo, criativo e sustentável pautado nos pilares ambiental, social e econômico.

Vejamos alguns conceitos de Educação Ambiental definidos em alguns eventos mundiais:

- Educação ambiental foi definida como uma dimensão dada ao conteúdo e à prática da Educação, **orientada para a solução dos problemas concretos do meio ambiente, através de enfoques interdisciplinares e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade.** Definido na I Conferência Intergovernamental sobre

Educação Ambiental - Tbilisi, Geórgia, ex - URSS.

- A Educação Ambiental é um processo de formação e informação, **orientado para o desenvolvimento da consciência crítica sobre as questões ambientais e de atividades que levem à participação das comunidades na preservação do equilíbrio ambiental.** Definido pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA - Brasil.
- A Educação Ambiental deve permitir a **compreensão da natureza complexa do meio ambiente e interpretar a interdependência entre os diversos elementos que conformam o ambiente**, com vistas a utilizar racionalmente os recursos do meio na satisfação material e espiritual da sociedade, no presente e no futuro (Comissão Interministerial do Brasil para a preparação da ECO-92).



- **Processo contínuo de educação, dinâmico, crítico e participativo, visando à formação e transformação de hábitos, atitudes e valores para promover o exercício da cidadania em busca da sustentabilidade das relações sociedade-natureza.** (Este conceito foi construído coletivamente na oficina de integração durante a elaboração da Agenda Comum de Educação Ambiental, coordenada pela CPRH em 2001 para a construção do Programa de educação Ambiental de PE, o qual foi lançado em 2015.).

A INTERFACE entre o Movimento Ambientalista e o Movimento Feminista, de gênero e das mulheres ao redor do mundo, encontra sua referência e caminho facilitador nas diretrizes, princípios e estratégias da Educação Ambiental. **As estratégias, ferramentas e práticas de educação ambiental devem, sobretudo, fortalecer e estimular:**

- A capacidade de organização social das populações em nível local e regional;

- Os mecanismos locais de gestão ambiental;
- A participação e a articulação dos diferentes setores sociais na tomada de decisões sobre as questões ambientais, em especial as mulheres;
- Os valores, as culturas e as tradições das populações;
- A capacitação dos diferentes atores e grupos sociais;
- A introdução de conceitos e práticas sustentáveis para dirimir os processos de degradação ambiental;
- As diferentes cadeias produtivas sustentáveis e solidárias;
- As parcerias institucionais e a corresponsabilidade.

As diretrizes e os princípios da Educação Am-

biental preconizam a relação sociedade-natureza e dos grupos sociais entre si, bem como a forma de apropriação dos recursos naturais por estes grupos, **como sendo os fatores determinantes do estado atual dos recursos naturais e da qualidade da relação da sociedade humana com os outros elementos do ambiente.**

42

Quando nos referimos à educação ambiental, estamos nos referindo a um contexto amplo, o da **educação para a cidadania, haja vista que vivemos uma crise civilizatória.**

A Educação Ambiental, a educação para a sustentabilidade deve ter um olhar crítico, criativo e sintonizado com a necessidade de propor respostas para o futuro, capaz de analisar as complexas relações entre os processos naturais e sociais e de atuar no ambiente em uma perspectiva global, respeitando as diversidades socioculturais.

Nos próximos tópicos sugerimos alguns te-

mas geradores a serem utilizados nos processos e práticas de educação ambiental para o desenvolvimento sustentável. Estes temas são integrados entre si e interdependentes. NA NATUREZA, NO MEIO AMBIENTE, TUDO ESTÁ INTERLIGADO!

A vida das mulheres corre e se espalha no meio rural, nas suas casas, nas plantações, nas igrejas e associações, nos sítios, assentamentos e vilas, nas aldeias, nas comunidades ribeirinhas, nas comunidades quilombolas, nas fábricas e indústrias, no vai e vem das cidades, ruas e avenidas, nos morros e alagados. As mulheres percebem, sentem, lutam, realizam e desenvolvem práticas e atitudes que se disseminam e se traduzem em exemplos de cidadania, respeito, harmonia e equilíbrio com o meio ambiente que as rodeiam.

As mulheres, o meio ambiente e o desenvolvimento são elos de uma mesma TEIA, a teia da vida.

São elas, as mulheres, que deveriam ser as principais protagonistas na direção deste tão necessário, almejado e desejado Desenvolvimento Sustentável.

TEMA GERADOR: MULHERES, ÁGUA, VIDA E SAÚDE

O Planeta Terra, o Planeta Fêmea, abriga um complexo sistema de vida. A água é um dos elementos primordiais desta teia da vida! É Preciso Saber Viver! É preciso ter água!

A água também é um insumo necessário para o desenvolvimento. A agricultura, a indústria, a construção civil, a irrigação, a navegação, a geração de energia elétrica, as cidades, vilas e aldeias. Todas e todos dependem da água.

Na nossa casa, a água faz parte de todas as atividades diárias, para a cozinha, para o banho, higiene individual, para lavar, para molhar...para

beber...Água de lavar... Água de plantar...Água de cuidar... Água de nascer... Água!

Muitas brasileiras e muitos brasileiros cresceram ouvindo que o país tem água em abundância, mas o alerta de que esse recurso natural é um bem finito e em muitos lugares até mesmo escasso, já é um fato bastante concreto. As grandes regiões metropolitanas são as que mais sofrem com a baixa disponibilidade hídrica. No Nordeste, esta situação se agrava em função das características geográficas e climáticas, especialmente na região do semiárido. Diante desse quadro de escassez, a solução é economizar, reduzir o desperdício, reciclar e investir no uso consciente da água. Uma prática que vem se tornado cada vez mais comum no Brasil é o reuso da água.

Os dados de realidade exemplificados a seguir demonstram a necessidade das mulheres se tornarem as líderes na disseminação do que virá a ser uma sociedade de responsabilidade social,



global e sustentável.

O aumento da população mundial, a poluição provocada pelas atividades humanas, o consumo excessivo da água, e o alto grau de desperdício da água contribuem para reduzir a oferta de água para a maioria da população. Em todo mundo, aproximadamente 1,1 bilhão de pessoas não tem acesso à água potável e outras 2,4 bilhões convivem com estruturas inadequadas de saneamento básico.

Como resultado desta realidade quase 3,8 milhões de crianças morrem, a cada ano, por causa de doenças de veiculação hídrica! Ou seja, aquelas transmitidas pela água contaminada! A mulher tem uma função fundamental na conservação dos recursos ambientais e naturais, no contexto dos avanços necessários para políticas mais sustentáveis.

TEMA GERADOR: MATAS, FLORESTAS E ÁREAS VERDES

O verde é vida, o verde faz viver e deixa que se espalhe o azul e a transparência da água da vida...

A vegetação exerce um papel essencial para o acúmulo da água. As matas, florestas e áreas verdes são abrigos para os animais, para a água nossa de cada dia, permitem a sua acumulação e armazenamento no solo e nos lençóis freáticos, até que aflore e ecloda em forma de olhos d'água como nascentes de rios e riachos. A vegetação protegida evita o assoreamento dos cursos de água, evitando enchentes e deslizamentos de terras.

TEMA GERADOR: MULHERES, RESÍDUOS SÓLIDOS E MEIO AMBIENTE

A Política Nacional de Saneamento e a Política Nacional de Resíduos Sólidos - Lei Federal nº 11.445/2007 e Lei Federal nº 12.305/2010 vêm, de fato, consolidar no país a cultura do Saneamento Ambiental.

A mulher tem atuado de forma significativa na execução desta nova cultura do saneamento ambiental, em seu cotidiano familiar, na luta política pela igualdade de direitos, em grupos, associações nas indústrias e fábricas, na agricultura e no dia a dia em suas casas, bairros e comunidades. Vivendo, trabalhando, organizando, construindo, praticando e multiplicando.

O lixo nosso de cada dia são os principais causadores de impactos ambientais na zona rural e urbana. Quando se joga o lixo fora em locais, tais como: galerias de água pluvial, rios, mangues, praias, mares, ruas, canais e redes, está-se destruindo o meio ambiente, poluindo a sua cidade, seu bairro, sua rua!

O princípio dos 5 R's – repensar, reduzir, recusar, reutilizar, reciclar - todas essas atitudes têm se alastrado por sociedades de todo o planeta. Cooperativas, associações têm sido protagonistas nas ações e práticas da coleta seletiva. As mulheres devem se tornar cada vez mais as

protagonistas, gestoras e coordenadoras destas ações no mundo da reciclagem. Cooperativas e grupos de economia solidária sustentável têm aumentado significativamente em todo o território nacional. O meio ambiente começa no meio da gente!

TEMA GERADOR: MEIO AMBIENTE

O ambiente é a totalidade do planeta e os elementos que o compõem: físicos, químicos e biológicos, tanto os naturais quanto os artificiais, tanto os orgânicos quanto os inorgânicos, nos distintos níveis de sua evolução, até o SER HUMANO e suas formas de organização na sociedade, onde a rede de inter-relações existentes entre estes elementos se encontra em estreita dependência e influências recíprocas.

O SER HUMANO é um dos elementos do ambiente, formado de partes: o biológico, o racional, o emocional, que estão em permanente integração e inter-relação entre si e com os outros



elementos da natureza, nos diferentes níveis de sua evolução. Esta influência recíproca fez nascer o SER HUMANO social que, ao incorporar todas estas dimensões, alicerça a história da construção humana em estreita e contínua reciprocidade. (Ana Lúcia C. Leão e Lúcia Maria Alves e Silva, CPRH).

O meio ambiente somos nós em sociedade, o meio ambiente é nossa casa, nossa rua, nosso bairro. O meio ambiente é nossa cidade, nosso estado, nosso país. O meio ambiente somos todos juntos e dependentes, os animais, as flores, as matas, o ar que respiramos a água, os rios. A

qualidade do meio ambiente depende da qualidade de nossas ações, como também da qualidade de nossas atitudes, práticas, tecnologias, métodos e decisões.

TEMA GERADOR: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Processo de desenvolvimento por meio da utilização dos recursos naturais que possibilita a satisfação das necessidades humanas atuais, sem comprometer o capital e recursos naturais e sem prejudicar o direito das futuras gerações de verem atendidas suas necessidades e bem-estar.

O desenvolvimento sustentável tem três dimensões fundamentais: a dimensão sociocultural, a dimensão ambiental e a dimensão econômica. O equilíbrio entre elas é o grande desafio para sociedade humana do presente que, por sua vez, seus resultados ficarão de herança para as futuras gerações.

TEMA GERADOR: CIDADES SUSTENTÁVEIS E QUALIDADE DE VIDA

Vejam só esta informação: segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), entre 2007 e 2050, o número de habitantes nas cidades do planeta terá um aumento de 3,1 bilhões de pessoas. Imaginem o impacto deste crescimento sobre os serviços, a infraestrutura, as pessoas, a qualidade de vida, sobre os recursos da natureza. Imaginaram? Pois é! Os desafios são grandes.

O modelo de desenvolvimento e de planejamento das cidades deve ser transformado, trazendo a responsabilidade socioambiental como carro-chefe de uma economia solidária, sustentável e inclusiva. Todos os setores devem ser beneficiados e todos devem fazer parte desde desenvolvimento social e ambientalmente justo.

TEMA: CONSUMO CONSCIENTE E SUSTENTÁVEL

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente o “Consumo Sustentável envolve a escolha de produtos que utilizaram menos recursos naturais em sua produção, que garantiram o emprego decente aos que os produziram, e que serão facilmente reaproveitados ou reciclados. Significa comprar aquilo que é realmente necessário, estendendo a vida útil dos produtos tanto quanto possível.





Consumimos de maneira sustentável quando nossas escolhas de compra são conscientes, responsáveis, com a compreensão de que terão consequências ambientais e sociais – positivas ou negativas”.

A mulher tem sido historicamente a principal articuladora de mudanças de comportamento, que exige tempo e amadurecimento do ser humano, mas é acelerada quando toda a sociedade adota novos valores. O termo “sociedade de consumo” foi cunhado para denominar a sociedade global baseada no valor do “ter”, suporte principal do sistema capitalista e patriarcal. Em contrapartida, o que observamos agora são os valores de sustentabilidade e justiça social, fazendo parte da consciência coletiva, no mundo e também no Brasil.

“Consumo consciente, consumo verde, consumo responsável são nuances do Consumo Sustentável, cada um focando uma dimensão do consumo. O consumo consciente é o conceito mais amplo e simples de se aplicar no dia a dia: basta estarmos atento(a) à forma como consumimos – diminuindo o desperdício de água e energia, por exemplo – e às nossas escolhas de compra – privilegiando produtos e empresas responsáveis. A partir do consumo consciente, a sociedade envia um recado ao setor produtivo de que quer que lhe sejam ofertados produtos e serviços que tragam impactos positivos ou reduzam significativamente os impactos negativos no acumulado do consumo de todos os cidadãos”.

Responsável
Ana Lúcia Carneiro Leão

Mulher e poder político: partidos e participação



Mulher e poder político: partidos e participação

"Em nome de interesses pessoais, muitos abdicam do pensamento crítico, engolem abusos e sorriem para quem desprezam. Abdicar de pensar também é crime".
Hannah Arendt (1906 -1975) filósofa política alemã.

NESTE ANO DE 2017 COMEMORAMOS 85 ANOS DA CONQUISTA DO VOTO FEMININO!

52

Comemoramos o quê mesmo?

Em 24 de fevereiro de 1932, Getúlio Vargas promulgou o Decreto nº 21.076, aprovando, **com ressalvas**, o voto feminino - as mulheres casadas só podiam votar autorizadas pelo marido e as solteiras e viúvas deviam comprovar renda própria.

Um ano após o Decreto de Getúlio, a médica paulista **Carlota Pereira de Queiróz** foi eleita a primeira deputada federal brasileira, e integrou a Assembleia Nacional Constituinte ao lado de 214 homens. No entanto, o direito da mulher de votar e de ser votada só seria confirmado de forma 'plena' na Constituição de 1946.

Ao situarmos no tempo a luta da mulher brasileira pela representação política, verificamos que, de seu início para cá, já se passaram, pelo menos um século e meio; do decreto, que lhe permitiu votar e ser votada, 85 anos já se foram - e as mulheres continuam sem uma representação política verdadeiramente democrática, que corresponda ao percentual da população feminina existente no Brasil e à sua participação na produção econômica e social.

“A mulher é metade da população, a metade menos favorecida. Seu labor no lar é incessante e anônimo; seu trabalho profissional é pobremente remunerado, e as mais das vezes o seu talento é frustrado, quanto às oportunidades de desen-

volvimento e expansão. É justo, pois, que nomes femininos sejam incluídos nas cédulas dos partidos e sejam sufragados pelo voto popular” Berta Lutz (1894 – 1976).

É inacreditável, mas essas palavras parecem ter sido ditas outro dia e não há quase um século.

Com base no banco de dados primários do Banco Mundial (Bird) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) foi divulgado em março deste ano (2017), que o Brasil ocupa, no ranking mundial de presença feminina no parlamento a 115ª posição, entre 138 países analisados pelo Projeto Mulheres Inspiradoras (PMI). Em outra pesquisa, da *Inter-Parliamentary* (União Interparlamentar) (IPU), 2015, o Brasil encontra-se na 154ª posição em relação a 191 nações. **Uma humilhação para mais da metade de sua população e eleitorado.**

O estudo do PMI mostra ainda que, dos 138 países por ele analisados, 121 têm em sua Constituição alguma cláusula de gênero ou algum tipo

de cota para mulheres - o Brasil tem sua Lei de cotas para as mulheres, como é conhecida, com a seguinte evolução:

- **Lei Federal nº 9.100/1995** - estabelece que 20%, no mínimo, de candidaturas de coligações e de cada partido, deveriam ser preenchidas por mulheres (mas permitiu, ao mesmo tempo, que os partidos apresentassem em vez de 100%, 120% de candidaturas, esvaziando a própria lei acabada de ser promulgada);
- **Lei das Eleições/Lei nº 9.504/1997** - passou a **prever a reserva** de vagas de no mínimo 30% por sexo para promover uma maior participação feminina nos cargos proporcionais (mas não era respeitada por partido algum);
- **Lei nº 12.034/2009**, com a sanção dessa lei a **previsão de reserva (da Lei 9.504)** passou a ser obrigatória; nessa lei, ainda consta que 10% do tempo de propaganda partidária, na televisão, devem ser cedidos para as candi-

datas, e 5% dos recursos do fundo partidário devem ser destinados a programas de preparação e formação de candidatas.

- Por fim, a **Lei nº 13.165** de setembro de 2015, incluiu o artigo 93-A, que fala da obrigatoriedade de veiculação de, pelo menos, 5% de propaganda no rádio e na televisão, de incentivo à candidatura de mulheres, no período de 1º de abril a 30 de julho antes de cada eleição.

Mesmo assim, o Brasil com apenas 10% de mulheres, encontra-se atrás de países como o Afeganistão, que tem 28% de mulheres no Parlamento.

O PMI indica, também, que o Brasil enfrenta 30 anos de atraso, pois até hoje não atingiu a média mundial de 1990, que é de 12,7% de mulheres no Parlamento.

No estudo *Women in politics: 2015*, divulgado pela União Interparlamentar (IPU), sobre a presença feminina nas nações americanas (nas 3 Américas), o Brasil ocupa o 31º lugar de 34 países, ficando em melhor colocação, apenas, em relação a São Cristóvão e Névis, do Haiti e de Belize.

Os 10% da representação política das mulheres brasileiras aproximam-se da representação feminina dos países do Oriente Médio e do norte da África com 8,9% e dos Países Árabes com 9,5%.

E o mais inconcebível e surpreendente, ao mesmo tempo, é a constatação da semelhança existente entre a essência do pensamento que domina as atitudes do Congresso Nacional Brasileiro, hoje (2017), com a do Congresso formado, em 1890, ano seguinte ao da Proclamação da República do Brasil.

Prestem atenção nesse artigo, escrito, em 1890, no jornal *A Família*, e reparem se não temos razão.

A reportagem da imprensa diária trouxe até nós a notícia de que somente sete opiniões foram favoráveis à concessão do direito de voto às mulheres na lei fundamental que estudam e discutem neste momento os 21 membros do parlamento, constituídos em comissão para dar parecer sobre essa importante peça.

Para que não tivéssemos o direito de julgar perdida a nossa causa neste primeiro congresso nacional, era necessário não conhecer o espírito dos homens – seres perturbados sempre por todos os egoísmos que os torna inaptos para as grandes generosidades.

Por si sós os homens nunca fariam grandes coisas. Em qualquer dos maiores rasgos humanos, encontrar-se-á o espírito da mulher iluminando as almas. E a lei da nossa emancipação política e social só será um fato, no dia em que todas nós repudiarmos esta condição aviltante em que somos mantidas,

graças ao orgulho, ao egoísmo e à falta de discernimento dos nossos opressores.

Prolongam indefinidamente esta agonia secular que sofremos, negando-nos tudo – a liberdade, que é o gozo da existência, a independência que é a consciência do valor próprio, a inteligência e a razão que são os atributos da alma iluminada pelos clarões sublimes das virtudes humanas. E, no entanto somos as depositárias dos mais sagrados tesouros em que os homens fazem residir a sua felicidade – a honra no amor, a crença no bem e a fé na esperança!

Que vale mais do que isto um pouco de arbítrio que se nos conceda para o livre exercício da nossa vontade nos domínios das questões mais sérias que afetem os interesses da sociedade de que somos parte importantíssima?

Os dois terços da comissão adversos ao nosso direito, dirão sem dúvida num arrazoado difuso ou fútil isso que para nós já teve a melhor das traduções – banalidade ou egoísmo.

O direito de voto às mulheres é de uma equidade irresistível. Não estamos fora das leis. A sociedade nos impõe deveres como aos homens. Como eles, temos responsabilidades morais e legais. Se fazem boa política ou má, bom ou mau governo, somos igualmente sofredoras das suas imediatas consequências. Como, pois negar-nos o direito de escolha entre o bom e o mau?!

Entretanto, já pelo procedimento dos dois terços da comissão, podemos julgar da solução que terá no Congresso esse problema social importantíssimo – uma completa negativa, um formidável desprezo por tudo quanto afeta o direito civil da mulher.

Eu não sei se os nossos congressistas estão ao corrente da profunda transformação social que se vai operando na Europa e principalmente na América do Norte em relação à emancipação da mulher, que, nessas regiões, já, intelectualmente, conseguiu equilibrar-se com o homem; sei apenas que o atraso dos homens no Brasil, na questão transcenden-

te que discuto, é tão grande, que seria difícil vencer o preconceito infantil que eles atestam a cada momento, julgando-nos seres inferiores e consequentemente incompatíveis com todos os direitos civis. Triste convicção!”

Josephina Alvares de Azevedo¹.

Observemos agora um pedaço da trajetória de luta de nossas mulheres pela representação política e o que foi conseguido, a duras penas, até agora.

Bertha Maria Júlia Lutz, ou simplesmente **Bertha Lutz**, a mais empenhada líder pelos direitos políticos e civis das mulheres brasileiras, considerada a mais feminista, dentre as feministas daquela época; em 1918, aos 24 anos diplomou-se em Biologia pela Faculdade de Ciências de Paris (Sorbonne) - nesse tempo, era costume das famílias com boa condição financeira mandarem os/as filhos/as estudarem fora, pois o ensino do país, como nós sabemos, era muito limi-

¹ Josephina Alvares de Azevedo (1851), pernambucana, feminista, jornalista e escritora, até onde se sabe, dedicou sua vida a trabalhar pelo reconhecimento de direitos iguais para mulheres e homens. Em 1888, fundou, em São Paulo, o jornal *A Família*.

tado e insatisfatório. Lá, ela pôde observar mais de perto a luta das inglesas pelo voto feminino.

De volta ao Brasil, em 1919, prestou concurso para bióloga do Museu Nacional, no Rio de Janeiro; foi aprovada em primeiro lugar, passando a ser a segunda² brasileira a ingressar no serviço público. No mesmo ano, participou da criação da *Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher*, uma espécie de organização preparatória da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), fundada em agosto de 1922 e extinta em 1937.

A **Federação Brasileira pelo Progresso Feminino** foi um movimento de alcance nacional constituído no Rio de Janeiro, com o objetivo de defender os direitos da mulher brasileira, tendo como reivindicação prioritária o sufrágio feminino. Criou núcleos em vários estados do país, com destaque para os da Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Minas Gerais. Bertha Lutz foi eleita para a presidência da

Federação intensificando, no país, a luta pelo direito das mulheres ao voto; assumiu, então, a liderança pelo sufrágio feminino - lugar, até então, ocupado por **Leolinda de Figueiredo Daltro (1859–1935)** outra determinada e destemida batalhadora pelo voto feminino que, em 1910, havia fundado o Partido Republicano Feminino. Leolinda, que era professora e indigenista, em 1917, liderou a frente de suas alunas e outras tantas mulheres, uma passeata reivindicando o direito das mulheres à participação na política nacional.

Incansável defensora dos direitos das mulheres, Bertha Lutz organizou o **I Congresso Feminista do Brasil**; discutiu a proteção do trabalho feminino na Organização Internacional do Trabalho (OIT); em 1929, participou da Conferência Internacional da Mulher, em Berlim; fundou a União Universitária Feminina; criou a Liga Eleitoral Independente, em 1932; a União Profissional Feminina, em 1933, e a União das Funcionárias Públicas.

No mesmo ano, para melhor defender os direitos das mulheres, decidiu cursar Direito tor-

² A primeira foi Maria José de Castro Ribeiro Mendes, que em 1918 ingressou no Ministério das Relações Exteriores.

nando-se, também, advogada. Em defesa dos direitos jurídicos da mulher, Bertha publicou o livro *A nacionalidade da mulher casada*.

É de 1933 esta sua consideração:

“Uma constituição não deve ser uma camisa de força, nem o espelho de um momento que procura perpetuar a imagem das paixões transitórias e de teorias evanescentes. Deve marcar um passo à frente na marcha redentora da civilização. Deve ser uma moldura ampla que possa enquadrar todas as manifestações da vida política, no domínio pacífico da lei”.

Para ela:

“Recusar à mulher a igualdade de direitos em virtude do sexo é denegar justiça à metade da população”

Pelo mundo afora a luta pelo direito ao voto feminino também se acirrava e as mulheres socialistas desempenharam, para tanto, um relevante papel.

Na 1ª Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, em 1907, em Stuttgart, 58 delegadas de 14 países formularam uma proposição que conclamava os vários Partidos Socialistas a entrarem na luta pelo voto feminino.

Na 2ª Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, realizada em Copenhague, na Dinamarca, da qual participaram, dentre outras socialistas, a filósofa e economista **Rosa Luxemburgo** e a líder revolucionária russa **Alexandra Kollontai**, a resolução abaixo foi aprovada e publicada, em 29 de agosto de 2010, no jornal *A Igualdade*, dirigido pela socialista alemã **Clara Zetkin**³, também presente na Conferência.

“As mulheres socialistas de todas as nações organizarão um Dia das Mulheres específico, cujo primeiro objetivo será promover o direito de voto das mulheres. É preciso

³ Clara Josephine Zetkin (1857-1933) professora, jornalista e política alemã, priorizou, no movimento socialista, a organização do Movimento Feminino Internacional. Defendia a igualdade de direitos entre homens e mulheres, mas se diferenciava do feminismo burguês, pois ligava a luta das mulheres com o combate do proletariado ao sistema capitalista.

discutir esta proposta, ligando-a a questão mais ampla das mulheres, numa perspectiva socialista.” (Grifo nosso.)

Estava em gestação o Dia Internacional da Mulher

Voltemos ao Brasil de 1927: Juvenal Lamartine de Faria, Governador do Rio Grande do Norte-RN e grande batalhador pela emancipação feminina, consegue uma alteração da lei eleitoral dando o direito de voto às mulheres. A professora **Celina Guimarães Viana**, cidadã de Mossoró-RN entra, então, com uma petição requerendo sua inclusão no rol de eleitores do município, e se torna a primeira mulher brasileira a fazer o alistamento eleitoral. Outras 15 mulheres também o fizeram, mas todas elas tiveram seus votos anulados, em 1928.

Entretanto, neste mesmo ano, **Luíza Alzira Soriano Teixeira** ou simplesmente, **Alzira Soriano**, também do Rio Grande do Norte, com 32 anos, foi eleita com 60% dos votos, pelo Partido Republicano, a primeira prefeita brasileira, para o município de Lajes.

Ainda, no Rio Grande do Norte, **Maria do Céu Pereira Fernandes**, que nasceu em Currais Novos, em 1910, foi a primeira deputada eleita, em 1935, aos 25 anos. Sofreu ameaças de parlamentares oposicionistas, e chegou a ser vítima de tentativas de envenenamento.

Antonieta de Barros⁴, em Santa Catarina, eleita, em 1934, pelo Partido Liberal Catarinense, foi a primeira deputada estadual negra brasileira; ela atuou na Assembleia Constituinte, em 1935, como **relatora dos capítulos Educação e Cultura e Funcionalismo**.

Em Alagoas, Maria José Salgado Lages, ou **Lily Lages** como era conhecida a médica Otorrinolaringologista foi eleita a primeira deputada estadual, também em 1934. Primeira presidente da Federação pelo Progresso Feminino de Alagoas; Lily Lages escreveu o livro *"A Nova Mulher e o*

⁴ Professora de Português e Literatura, Antonieta de Barros (1901-1952) era de família muito pobre de Florianópolis; com 17 anos ingressou na Escola Normal Catarinense, concluiu o curso em 1921. Em 1922, fundou o Curso Particular Antonieta de Barros, para alfabetizar a população carente. Na Constituinte, foi relatora dos capítulos Educação e Cultura e Funcionalismo.

Problema da Infância". Foi a primeira mulher titular de uma cátedra em curso de medicina no Brasil, na Faculdade de Medicina da Bahia.

Na Bahia, assumiria um lugar em 1935, na Assembleia Estadual, a advogada **Maria Luíza Bitencourt** nascida em Paripe, subúrbio de Salvador. Atuante na luta pelos direitos das mulheres fundou na Bahia a Federação pelo Progresso Feminino.

Em São Paulo, as primeiras deputadas estaduais constituintes eleitas foram **Maria Thereza Nogueira de Azevedo**, diretora da Associação Cívica Feminina e **Maria Thereza Silveira de Barros Camargo**.

Em 1936, **Bertha Lutz** assumiu o mandato de deputada federal no dia 28 de julho de 1936, na vaga deixada pelo titular que falecera.

Adalgisa Rodrigues Cavalcanti, nas eleições de 2 de dezembro de 1945, foi eleita, pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), tornando-se a primeira mulher e comunista a ocupar uma cadeira na Assembleia Legislativa de Pernambuco.

Nas eleições de 1945 nenhuma mulher foi eleita para o Congresso Nacional.

Em outubro de 1950, a gaúcha **Ivete Vargas** elegeu-se deputada federal por São Paulo, era a única mulher na Câmara Federal. Ivete foi reeleita em 1954, 1958, 1962 e 1966.

A representação da mulher na Câmara Federal ficou abaixo de 2% até o ano de 1982.

Em 1988, **Luiza Erundina** é eleita a primeira prefeita de São Paulo, a maior cidade do Brasil; hoje ela é deputada federal e integrante da bancada feminina no Congresso Nacional.

Nas eleições de 1990, desta feita por voto direto, **Júnia Marise**, de Minas Gerais e **Marluce Pinto**, de Roraima foram eleitas senadoras da República do Brasil. Entretanto, a primeira mulher a ocupar uma cadeira de senadora da República do Brasil foi **Eunice Michiles**, do Amazonas que, eleita suplente, assumiu o cargo em 1979, pela morte do titular. A médica **Laélia Contreiras Agra de Alcântara**, conhecida como **Laélia de Alcântara**, em 1981, também suplente, pelo

estado do Acre, foi a primeira mulher negra a ocupar uma cadeira de senadora da República do Brasil. **Laélia** já havia sido eleita suplente para uma cadeira de deputada federal, em 1962 e em outra ocasião para o senado, em 1974.

É importante anotar que a nossa primeira senadora foi a **Princesa Isabel**⁵, também, conhecida como Dona Isabel que, ao completar 25 anos tornou-se senadora do Brasil por **direito dinástico** durante o Império. No mesmo ano, D. Pedro II viajou para a Europa e ela assumiu a regência do país; no dia 28 de setembro de 1871, ela assinou a Lei do Ventre-Livre que tornava livre todos os filhos e filhas de escravas, nascidos a partir daquela data. Em 1888, Dona Isabel assinou a Lei Áurea, pondo fim (oficialmente) a escravidão no Brasil. Por isso, ficou conhecida como “A Redentora”.

Um ano depois, em 1889, foi proclamada a

⁵ Isabel Cristina Leopoldina Augusta Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga de Bragança e Bourbon, era filha do Imperador do Brasil, Dom Pedro II. Nasceu no dia 29 de julho de 1846, no Paço de São Cristóvão, Rio de Janeiro. Portanto, uma mulher brasileira!

República do Brasil. (E em seguida ouve a primeira reunião daqueles 21 congressistas que Josephina Alvares de Azevedo fala em seu jornal *A Família*).

O objetivo de acrescentar essas informações é para que nada nos escape, e para que possamos fazer uma análise mais completa da triste realidade vivida pelas mulheres brasileiras, em sua incansável caminhada por direitos.

Continuemos acompanhando a trajetória da representação política da mulher no Brasil.

A primeira governadora eleita no país foi **Roseana Sarney**, em 1994, pelo estado do Maranhão.

Em 1997 as mulheres ocuparam 7% das cadeiras da Câmara dos Deputados; 7,4% do Senado Federal; 6% das prefeituras brasileiras; em 1996, registrara-se 12%, de vereadoras eleitas, um presumível aumento, em relação aos insignificantes 5,5% de 1992.

A senadora **Benedita da Silva**, em 1998, é a primeira mulher e negra a presidir uma sessão do

Congresso Nacional.

Em 1998, o percentual era de 5,7% e em 2006 alcançou 8,8% do total de cadeiras na Câmara Federal. Atualmente, tem-se 12,3% de mulheres ocupando o parlamento brasileiro: 8,6% como deputadas e 16,0% como senadoras, de acordo com dados da União Interparlamentar.

62

Em 2010, **Dilma Rousseff** é eleita presidenta do Brasil, e reeleita em 2014.

Nas eleições de 2016 foram eleitas 13,51% de mulheres para as câmaras municipais, percentagem ligeiramente superior a de 2012 - elas eram 13,33%.

No entanto, para as prefeituras, houve uma diminuição do número de cargos, foram eleitas, apenas, 641 mulheres, o que corresponde a 11,57% das vagas. Em 2012 eram 659, ou 11,84%, em meio a 5.570 municípios.

12 Senadoras de 81 cadeiras no Senado Federal e 51 Deputadas Federais entre 513 na Câmara Federal.

Das 27 unidades federativas brasileiras, 14 não contam com representação de mulheres no Senado Federal.

Há uma Proposta de Emenda à Constituição - PEC 134/2015 - que garantiria a reserva de uma cota de vagas para as mulheres na Câmara dos Deputados, assembleias legislativas e câmaras municipais de, pelo menos, 10% na primeira eleição após a aprovação da PEC; 12% na segunda eleição e 16% na terceira. Já foi aprovada pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados, mas aguarda ser incluída na pauta do Plenário daquela Casa.

A PEC da Mulher, como está sendo chamada, foi gerada e aprovada em dois turnos pelo Senado Federal. É uma medida temporária de incentivo a presença das mulheres no parlamento brasileiro. Uma demanda acanhada, quase humilhante para as mulheres, mas pelos vistos é o, talvez, possível para já.

Agora, vamos verificar o que é sistema eleitoral, pois é muito importante para quem quer se candidatar a um cargo político eletivo saber como funciona esse sistema em seu país.

Entretanto, é bem provável que quando esti-

verem lendo este texto o sistema eleitoral brasileiro já tenha sofrido uma reforma política!

Sistema Político

Chama-se sistema eleitoral um conjunto de regras que define a forma de eleição de um país; que fornece diretrizes para que o/a eleitor/a realizem suas próprias escolhas e decidam como serão contabilizados os votos a serem convertidos em mandato, para o Legislativo ou para o Executivo.

No Brasil são utilizadas duas formas de sistema político:

- Proporcional (eleições proporcionais) compreende as eleições para representantes do Poder Legislativo federal, estadual e municipal (deputado/as e vereadores/as) – é aquele sistema em que a representação deveria acontecer em concordância com a escolha do eleitorado pelos **programas** dos partidos políticos. Esse sistema deveria ser capaz de refletir as diferentes ideologias na

sociedade, pois permite a eleição de quase, se não todos, os (35?!) partidos políticos! Em nosso país esse sistema propicia uma verdadeira aberração, pois não é credível que haja 35 correntes diferentes de pensamento político em uma sociedade.

- No Brasil, o sistema político utiliza a lista aberta para a eleição dos cargos proporcionais (deputados/as federais, estaduais e vereadores/as). O que isso quer dizer? - O eleitorado vota no candidato/a e os/as mais votados/as da lista são eleitores/as em função do número de vagas que cabe ao partido ou à coligação, de acordo com o total de votos recebidos.
- Majoritário (eleições majoritárias): quando o/a candidato/a obtém o maior número de votos. Esta maioria tanto pode ser absoluta - compreende a metade dos votos, mais um - quanto relativa (simples), que elege o/a candidato/a que alcançar o maior número de votos em relação às/aos concorrentes.

As eleições majoritárias podem ser para o Sena-

do Federal - com um/a ou dois/duas senadores/as eleitos/as de forma relativa - ou as majoritárias, para os/as chefes/as do Poder Executivo, que podem ser decididas em primeiro ou em segundo turno. Estas últimas têm um particular nas majoritárias municipais: só há segundo turno em municípios com mais de 200.000 habitantes.

Partido Político

É uma organização criada por um grupo de pessoas que tem ideais políticos comuns, com o objetivo de assegurar a autenticidade do regime democrático representativo e defender os direitos fundamentais definidos na Constituição Federal.

Reforma Política

É um conjunto de propostas que tem por objetivo modificar, baseadas na Constituição, a atual legislação nacional no que diz respeito às eleições, partidos políticos, mandato e representação política, na perspectiva de aperfeiçoar a Democracia.

Contudo, com todas as imperfeições que constatamos e as aberrações praticadas amiúde em nosso país, a realização de eleições diretas e periódicas, com alternância entre **eleições gerais** – para presidente/a e vice; governador/a e vice; senadores/as e deputados/as (federalis e estaduais); e **eleições municipais** – para prefeitos/as e vices e para vereadores/as, **é uma das mais importantes conquistas democráticas contemporâneas.**

Por outro lado, em razão dos séculos de exclusão do espaço público e, conseqüentemente, do mundo político, o **sistema político** de muitos países utiliza a adoção de cotas que garantam vagas para as mulheres, como uma ação afirmativa, que tem por objetivo impulsionar o processo de inclusão das mulheres no dito mundo político-partidário.

As cotas podem ser obrigatórias, previstas em lei, ou adotadas voluntariamente pelos partidos. No Brasil são obrigatórias e, infelizmente, mal cumpridas, para dizer o mínimo. Impulsionaram muito pouco ou quase nada a inclusão de mulheres nos espaços de poder.

Quando o sistema eleitoral vigente em um país acomoda e acoberta artifícios espúrios, utilizando-os para que sirvam sempre aos interesses dos mesmos e para que estes e os seus descendentes permaneçam, *ad eterno*, no poder, impulsionam, sim, o regime democrático para um desgaste e deterioração tais que, em breve, muito pouco, ou quase nada, sobrar da República Democrática Brasileira!

República

Em seu sentido mais amplo, significa sociedade política organizada; vem do latim *res publica*, literalmente o bem público; a coisa pública; o bem comum. Segundo Montesquieu⁶ a virtude republicana é uma virtude política, um sentimento que passa pelo respeito às leis e pela devoção do indivíduo à coletividade. Ainda,

⁶ O francês Charles-Louis de Secondat (1689-1755), barão de La Brède e de Montesquieu, foi um advogado francês, escritor e filósofo social e político que escreveu *O Espírito das Leis*, 1747. É dele a teoria da separação dos três poderes – executivo; legislativo e judiciário - que viria a ser o tripé institucional equilibrado de uma nação.

segundo ele:

“Quando vou a um país, não examino se há boas leis, mas se as que lá existem são executadas, pois boas leis há por toda a parte”.

Montesquieu lembra-nos também, que **“A corrupção dos governantes quase sempre começa com a corrupção dos seus princípios.”**

Já vimos que as mulheres brasileiras foram excluídas **OFICIALMENTE** dos espaços de decisão durante todo o período do Brasil Colônia – de 1500 a 1822. Continuaram de fora das decisões sobre suas próprias vidas e sobre a vida da população brasileira durante o período do Brasil Imperial, salvo alguns momentos pontuais em que a Princesa Isabel assumiu a Regência – de 1822 a 1889. No Brasil, na República Velha, as mulheres sequer existiam nos documentos e leis, a não ser para serem punidas ou rebaixadas a seres de segunda categoria (nem cidadãs eram) – de 1889 a 1930 + 2. E continuaram sem peso nas decisões relativas aos destinos da nação (mesmo com direito ao voto) – de 1933 a 1985. E, surpreendentemente, continuam excluídas

EXTRAOFICIALMENTE, na **novíssima REPÚBLICA DEMOCRÁTICA E LAICA⁷ BRASILEIRA – de 1985/1988 (data da nova Constituição da República Federativa do Brasil) até os dias de hoje, de 2017.**

Também vimos o que significa república, agora, para nos ajudar a pensar sobre o que é possível ser feito para transformar a sociedade brasileira em um espaço que respeite e inclua todas as pessoas, vamos ver algumas definições e pensamentos sobre estado, constituição, democracia, poder e política.

Estado

Pode ser definido como o conjunto das instituições responsáveis pela organização político-administrativa de um país. Compreende os espaços de poder que foram criados com a

⁷ Estado laico é aquele que não aceita ou recebe influência religiosa; que se opõe ao que é eclesiástico (que se refere às igrejas); organização ou atividade autônoma e sem ligação com a esfera da religião.

finalidade de garantir direitos civis, segurança e justiça para as pessoas que vivem em uma sociedade. Isto quer dizer que o Estado, com as suas instituições, representa o poder maior de uma sociedade, ao qual toda a população deve se submeter.

No entanto, é sempre importante lembrar que as instituições responsáveis pela organização político-administrativa do Brasil nunca abrigaram espontaneamente as mulheres; pelo contrário, sempre as excluíram.

Vejam que aqui não estamos falando dos 26 estados que compõem o território nacional: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco... Estamos falando do **Estado Brasileiro**. Aquele que elabora, executa, obriga que sejam cumpridas, pune quem não as cumpre e fiscaliza as **Leis Brasileiras**.

Para isso, o Estado Brasileiro tem três poderes que abrigam várias instituições públicas e mais duas importantes instituições públicas - uma que fiscaliza o cumprimento das leis e outra que defende os direitos da população, quais sejam:

- **O Poder Legislativo** que, com base na Constituição Federal, é encarregado de **elaborar** leis com o objetivo de melhorar a vida do povo brasileiro. Dele fazem parte as câmaras municipais, com as vereadoras e vereadores; as assembleias legislativas estaduais, com as deputadas e deputados estaduais, e o Congresso Nacional que tem uma Câmara Federal, com as deputadas e deputados federais e um Senado, com as senadoras e senadores. As pessoas que ocupam esses espaços de poder, políticos e políticas, também são chamadas de parlamentares. Por conseguinte, esses espaços de poder ou instituições políticas formam o Parlamento Brasileiro.
- **O Poder Executivo** é assim chamado por ser ele o responsável por **executar** as leis do Estado e implantar as **Políticas Públicas**. É formado pelo Governo Federal, governos estaduais e governos municipais. O/A chefe do poder executivo nacional é o Presidente/a da República, o/a chefe do poder executivo estadual é o/a governador/a, e o/a chefe do poder executivo municipal é o/a prefeito/a.

- **O Poder Judiciário**, responsável por **fiscalizar** o cumprimento das leis, e punir quem não as respeita, e por resolver conflitos. Com seus ministros e ministras; juízas e juízes e desembargadoras e desembargadores, é composto pelo Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, os tribunais regionais federais, os tribunais do trabalho, os tribunais militares, os tribunais eleitorais e os tribunais estaduais. Esses últimos, por sua vez são divididos como da justiça comum, justiça do trabalho, justiça militar e justiça eleitoral.
- **O Ministério Público/MP** que é responsável ante o Poder Judiciário, pela defesa da ordem jurídica e dos interesses da sociedade e pela fiel observância da Constituição, enfim fiscaliza o cumprimento das leis. O MP tem procuradorias que são instituições onde trabalham procuradores e procuradoras: estaduais e federais e promotorias com promotoras e promotores. Atua no nível federal e no estadual em cada estado. O MP é uma instituição muito importante para a população, pois além de ser independente,

ou seja, não deve obediência a nenhum dos três poderes, recebe as denúncias de desrespeito aos direitos individuais e coletivos, feitas diretamente pela população. E se encarrega de averiguar as denúncias e o grau de desrespeito, de acordo com a Constituição Federal e as leis vigentes, e de acionar o poder judiciário para que o(a)s culpado(a)s sejam punido(a)s.

- **A Defensoria Pública** é o órgão que presta assistência jurídica integral e gratuita para as pessoas que, ao se verem envolvidas em um processo, não têm condições financeiras de pagar as despesas com advogado, perícia e custas.

Atenção! Todas as vezes que um direito seu, garantido por lei, for desrespeitado, você pode e deve denunciar o fato ao Ministério Público para que este tome providências.

Constituição

É a lei maior de um país! Toda nova lei deve nela se basear, não podendo a ela se contrapor, sob a pena de ser considerada inconstitucional. A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, é conhecida como Constituição Cidadã, por ter contado na sua elaboração com a participação da Sociedade Civil Organizada, e conter em seu texto direitos sociais que se fossem respeitados melhorariam e muito a vida de milhões de brasileiras e brasileiros. Por sua Constituição, o Estado Brasileiro é considerado hoje um Estado Democrático.

Democracia

É a forma de governo em que o povo tem a possibilidade de participar de decisões importantes que dizem respeito a sua vida em sociedade, ou seja, tem a possibilidade de intervir em decisões políticas de maneira direta, através de referendos e plebiscitos, ou indireta, através de representantes eleito(a)s.

Em um Estado Democrático de Direito o povo

pode expressar livremente suas ideias e se manifestar contra aquilo que considerar não ser bom para a população em geral ou para uma minoria. Contudo, não é uma verdadeira democracia aquela que, apesar da liberdade de expressão, não proporciona para grande parcela da população acesso à alimentação, educação, saúde, moradia, trabalho, segurança, cultura e lazer.

O modelo de democracia que temos no Brasil é a representativa. Isso quer dizer que os cidadãos e as cidadãs elegem senadores/as, deputados/as e vereadores/as para os/as representar nos parlamentos e, também escolhem os/as prefeitos/as, governadores/as e o/a presidente/a da república, para governarem os municípios, estados e o país.

**NO BRASIL, NÃO
ESQUEÇAM, ATÉ O ANO
DE 1932, AS MULHERES
ERAM PROIBIDAS DE
VOTAR E SEREM VOTADAS.**



Poder

Em uma definição mais geral é a possibilidade concreta de uma pessoa impor a sua vontade sobre outras pessoas, mesmo contra a vontade dessas. Nas relações sociais, o poder está sempre presente, seja através da influência, do convencimento ou da força.

Existem muitas formas de poder: poder social, poder econômico, poder religioso, poder militar e poder político, dentre outras.

A mais destacável forma de poder é o poder político, por ser legitimado pelo voto.

Quem exerce o poder político decide o que é melhor para a vida das pessoas em sociedade. Ao elaborar leis que devem ser cumpridas por toda a população os/as políticos/as podem tomar decisões pelas centenas, milhares, milhões de pessoas que os/as elegeram.

Nesse determinante espaço de poder, encontram-se pouquíssimas mulheres.



Política

Encontramos no dicionário Aurélio que é um conjunto de fenômenos e das práticas relativas ao Estado ou a sociedade; que é a arte ou ciência de bem cuidar dos negócios públicos.

Entretanto, para Hanna Arendt, filósofa alemã que é considerada uma das mais importantes pensadoras do século XX, o sentido da **POLÍTICA é a LIBERDADE**. Para ela, a política se baseia no fato da pluralidade dos seres humanos. Isso quer dizer que a política deve organizar e regular o convívio das pessoas diferentes e não das pessoas iguais. Por exemplo: das pessoas pobres, ricas, negras, brancas, com necessidades especiais, homossexuais, católicas, protestantes, enfim de todas as pessoas que vivem em uma sociedade, respeitando as suas diferenças, sem excluir ninguém. **Pense sobre isso.**

Há também quem compreenda que a finalidade da política é manter a ordem pública, a defesa do território nacional e o bem social da população.

Ao refletirmos sobre essas definições e pensamentos veremos que, de certa forma, política é tudo isso e ainda mais. Participar da vida em sociedade, pensar na melhoria da vida das pessoas, construir possibilidades de igualdade entre homens e mulheres, em qualquer espaço que estejamos, é também fazer política.

Séculos de exclusão e desigualdade perpassam a vida das mulheres em nosso país. Essas práticas, enfrentadas e combatidas pelo movimento feminista e de mulheres, persistem de forma velada (ou não) em nossa sociedade, seja com o cerceamento das mulheres à ocupação de espaços de decisão, seja nas restrições e/ou dificuldades impostas pelos partidos políticos à representação feminina nos parlamentos (municipais, estaduais e federal), desrespeitando, em sua quase totalidade, inclusive, as leis. Ratificando, de forma incontestável, a continuidade da condição de exceção em que vive parcela considerável de brasileiras.

Ressaltemos, entretanto, que a disparidade numérica existente entre homens e mulheres, nas instâncias de poder, tem relação direta com o

papel para elas construído, cobrado e reproduzido por uma cultura androcentrista, (relacionada ao machismo, ao patriarcalismo, à misoginia e à discriminação social, econômica e política contra a mulher) vigente desde o início da formação do Brasil.

E, ainda, não obstante ser a política parte imprescindível da constituição da vida em sociedade, as restrições impostas à participação de mais da metade da população nos espaços de decisão e da representação político partidária traz imensas dificuldades e, em muitos momentos, interdições à consolidação de **POLÍTICAS PÚBLICAS** específicas para as mulheres.

Na difícil luta da mulher para conquistar o pleno exercício da cidadania, investir na ampliação da presença equitativa de gênero nos espaços de poder e decisão é, no mínimo, **uma questão de justiça.**

No entanto, é fundamental que saibamos o que queremos, porque e por quem queremos trabalhar, que tenhamos uma vontade verdadeira de mudar a sociedade, para que encontremos

forças para enfrentar os enormes desafios desse embate.

Podemos e devemos, para tanto, nos aproximarmos mais dos movimentos de mulheres, tornando-os mais fortes e nos fortalecendo ao mesmo tempo. Pois, quanto mais unidas e apoiadas, mais poderosas ficamos para exigir mudanças.

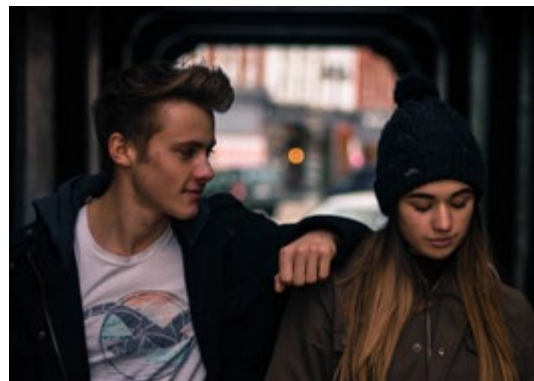
Precisamos buscar mais conhecimentos sobre política: acompanhar as sessões da Câmara e do Senado Federal, ler mais, participar mais de fóruns, seminários, cursos e reuniões que abordem o tema e que apoiem as mulheres em sua trajetória de busca por direitos.



Homem **x** Mulher: vamos empatar esse resultado?

75

Homem x Mulher



Homem x Mulher: Vamos empatar esse resultado?

“Escuta: eu te deixo ser, deixa-me ser então”
*Clarice Lispector*¹

E vem de lá o meu sentimento de ser
Meu coração mensageiro vem me dizer
Salve, salve a alegria, a pureza e a fantasia
Vou assim todo o tempo vivendo e aprendendo
Pepeu Gomes²

Ser um homem feminino
Não fere o meu lado masculino
Se Deus é menina e menino
Sou masculino e feminino
Olhei tudo que aprendi
E um belo dia eu vi

Para fechar este ciclo de conversas gostaríamos de falar um pouco com os homens: com aqueles que pensam no social; que têm um pensamento igualitário; perseguem o ideal de fazer o bem para a sociedade brasileira do Oiapoque ao Chuí. Mas que ainda não se libertaram completamente do ranço sexista; que ainda têm receio que as mulheres queiram ser melhores; queiram tomar os seus lugares. Para aqueles que, ainda, não perceberam que as feministas querem, tão somente, garantir a participação das mulheres na sociedade, de forma equivalente a dos homens, com igualdade de oportunidades

e de direitos, como está escrito na Constituição Cidadã, de 1988.

¹ Clarice Lispector (1920-1977) foi uma escritora e jornalista, nascida na Ucrânia, naturalizada brasileira que se dizia pernambucana. É reconhecida como uma das mais importantes escritoras do século XX. Em 1960 trabalhou no Diário da Noite com a coluna “Só Para Mulheres”. *A Hora da Estrela* foi seu último romance, publicado em vida.

² Pedro Anibal de Oliveira Gomes (1952), conhecido como Pepeu Gomes, é guitarrista, cantor e compositor brasileiro. Já foi considerado pela revista americana *Guitar World* um dos dez melhores guitarristas do mundo na categoria *world music*. Pepeu é pai de seis filhos.

Para tanto, em primeiro lugar, pedimos a todos que dessem uma lida nas outras falas, pois temos certeza que nelas foram ditas coisas que alguns desconhecem, e - não são coisas de mulher – são coisas de homem. Coisas que alguns homens pensaram e pensam ainda, escreveram e escrevem ainda, fizeram e fazem ainda que, infelizmente, resultaram em uma sociedade muito injusta e desigual, não só para as mulheres, mas para uma expressiva parcela da população brasileira, aí incluídos muitos homens.

A ideia dessa conversa é encontrarmos soluções para os problemas que devastam o nosso país; é enfrentarmos as mazelas que opõem homens e mulheres; fazermos isso lado a lado, de mãos dadas, ajudando-nos mutuamente e compreendendo que não vivemos sós e que, na verdade, se olharmos bem, nem somos tão diferentes assim. Precisamos, sim, é ter uma educação que nos aproxime.

*Um homem também chora/ Menina morena/
Também deseja colo/ Palavras amenas/ Precisa de carinho/ Precisa de ternura/ Precisa de um abraço/ Da própria candura/ Guerreiros são pessoas/ Tão fortes, tão frágeis/ Guerreiros são meninos/ No fundo do peito/ Precisam de um descanso/ Precisam de um remanso/ Precisam de um sono/ Que os torne perfeitos/ É triste ver meu homem/ Guerreiro menino/ Com a barra do seu*

tempo/ Por sobre seus ombros/ Eu vejo que ele berra/ Eu vejo que ele sangra/ A dor que tem no peito/Pois ama e ama/ Um homem se humilha/ Se castram seu sonho/ Seu sonho é sua vida/ E vida é trabalho/ /E sem o seu trabalho/ Um homem não tem honra/ E sem a sua honra/ Se morre, se mata/ Não dá pra ser feliz/ Não dá pra ser feliz. Gonzaguinha³

O BRASIL TEM UM DOS MAIORES ÍNDICES DE ASSASSINATOS DO MUNDO E UM NÚMERO DE ESTUPROS ASSUSTADOR.

Segundo o Atlas da Violência 2017 – resultante de estudo realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), com base em fontes oficiais do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, 59.080 pessoas foram assassinadas no Brasil em 2015 - esse número equivale a uma taxa de 29,1 homicídios por 100 mil habitantes. Ainda, de

³ Luiz Gonzaga do Nascimento Júnior (1945-1991) foi um cantor e compositor militante, sócio-romântico brasileiro. Gonzaguinha nasceu no morro de São Carlos, no Estácio, Rio de Janeiro. Era filho de Luiz Gonzaga, o *Rei do Baião*.

acordo com o estudo **esta condição de calamidade que se vive no país provoca efeitos desastrosos, na saúde, na dinâmica demográfica e, conseqüentemente, no processo de desenvolvimento econômico e social do Brasil.**

Dessas 59.080 pessoas assassinadas, no Brasil, 92% são do sexo masculino!

78

E o que é mais trágico: 47,8% desses homicídios foram de jovens de 15 a 29 anos - em 2015, 31.264 mil jovens nessa faixa etária foram assassinados no país - e dentre esses, o maior índice de assassinatos foi de jovens entre 15 e 19 anos. Que em sua maioria eram jovens pretos e pardos.

Relativamente, o número de mulheres assassinadas no Brasil é quase 11% menor que o de homens. No entanto, a maioria dessas mulheres é vítima de feminicídio, ou seja, são mortas pelos próprios maridos, companheiros, namorados, parentes, pessoas de suas relações afetivas. Pessoas que perderam a vida por serem mulheres.

Já os homens, em sua imensa maioria, são mortos na rua, por desconhecidos - há os que são

vítimas de brigas com parentes, que são assassinados no espaço doméstico, mas a proporção em relação aos homicídios ocorridos no espaço público é imensamente menor. Os motivos que levam um homem a assassinar outro homem, nomeadamente em nosso país, vão desde brigas de torcidas, em campos de futebol; queima de arquivo, por envolvimento com o tráfico de drogas; por desavença no trânsito; brigas em bares, nos quais deveriam estar para se divertirem, enfim, por não sei quantas “motivações” ou sem motivo algum! Muitas vezes, pela simples razão de que **“homem que é homem não leva desaforo para casa”** Hoje, no Brasil, mata-se para roubar um celular. É muito deprimente, é desolador!

**A VIDA, O BEM MAIOR DE
UM SER HUMANO, EM NOSSO
PÁTRIA NÃO VALE MAIS NADA?**

Trouxemos aqui todos esses dados, alguns já conhecidos, para que pensemos - homens e mulheres - o que é possível fazer para mudar

essa circunstância terrível, assombrosa que vive a sociedade brasileira, e que a cada dia só tem vindo a se agravar.

Faremos, agora, um breve parêntese, pois é importante destacar que no período de 2007 a 2013, - quando o FBSP e o IPEA analisaram os dados da violência no país - o estado de Pernambuco promoveu uma queda de 36% na taxa de homicídio, após a implantação do programa ***Pacto pela Vida*** do Governo do Estado.

Não obstante, em reportagem de **Margarita Rodriguez**, datada de 24 de outubro de 2016, para o site de notícias da BBC Mundo, a propósito de um estudo realizado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), relativo a homicídios e publicado em 2014, foi apontado que ***95% dos assassinatos no mundo são cometidos por homens.***

Em notícia de 3 de fevereiro de 2017, veiculada na internet em site do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)⁴, encontramos que em

⁴ O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) tem

2014 a violência custou ao Brasil mais de US\$ 75 bilhões;

“Se consideramos o custo em dólares, o Brasil é o país entre os 17 estudados com o maior custo do crime, representando 53% do custo total da criminalidade na região”. A região a qual Dino Capriolo, especialista em segurança do BID se refere compreende a América Latina e Caribe.

Em 2002, em cálculo também feito pelo BID, já era estimado que o impacto financeiro do crime no Brasil custava cerca de 10% do PIB nacional, o que representava mais de 100 bilhões de reais na época. Essa estimativa foi fundamentada em uma avaliação que levou em conta prejuízos materiais; tratamentos médicos e horas de trabalho perdidas.

Por outro lado, em pesquisa realizada pelo IPEA em 2013, sobre estupro no Brasil, foi apontado

como missão melhorar vidas. É uma das principais fontes de financiamento de longo prazo para o desenvolvimento econômico, social e institucional da América Latina e o Caribe.

que 90,2% das mulheres e 73,7% dos jovens, entre 16 a 24 anos têm medo de sofrer violência sexual; e, ainda, que 67,1% da população brasileira que mora nas grandes cidades temem ser agredidas sexualmente.

**DADOS DO MINISTÉRIO
DA SAÚDE APONTAM QUE
70% DAS VÍTIMAS DE ESTUPRO
TÊM MENOS DE 17 ANOS!**

GENTE DO MEU BRASIL, QUE PAÍS É ESSE?

Muitas e diferentes são as opiniões sobre as razões que levam um ser humano a matar ou violentar seu semelhante e a partir disso adotam medidas variadas para reprimir a violência: maior número de policiais nas ruas; punições mais severas; mas dentre todas, há uma que não deixa dúvidas que, em muito, minimizaria essa quase moléstia prevalente nos homens, e que no Brasil assume dimensões epidêmicas: **Educação nas escolas e em casa contra a violência!**

Em entrevista para a BBC Mundo, **Jocelyn Viterna**, professora de Sociologia da Universidade de Harvard esclarece: “*Várias pesquisas sociológicas demonstram que os meninos e os homens são socialmente recompensados por serem fisicamente fortes e dominantes, e socialmente ridicularizados se demonstram fragilidade ou submissão*” e que “*As mulheres, por outro lado, são favorecidas socialmente por seu comportamento tranquilo, subordinado e pacífico. Há homens e mulheres que vivem para satisfazer essas expectativas.*”

Estas são as correntes utilizadas para aprisionar as pessoas, e que muitas nem se apercebem do quão poderiam ser mais felizes, mais doces se delas se libertassem! Se compreendessem que as pessoas nascem com sexos diferentes, mas não nascem gostando de azul ou rosa, que isso lhes é imposto sem que tenham direito sequer de escolher as cores de que gostam. Se soubessem que o ódio e o preconceito não trazem alegria, nem felicidade para quem quer que seja. Em assim sendo, provavelmente teríamos uma sociedade menos violenta!

Para Jocelyn, para muitas mulheres - inclusive as feministas - e para muitos homens também, a socialização é um fator importante, na verdade, **fundamental**, para um convívio civilizado em sociedade. Vamos, então, verificar de onde veio essa palavra e o seu significado.

No site origemdapalavra.com.br, encontramos que socialização vem de **sócio**, do Latim *socius*, “companheiro”, originalmente “seguidor”, relacionado com o verbo *sequi*, “seguir, ir junto, acompanhar”. Remete, pois, à aprendizagem, à educação. Em seu sentido mais amplo a aprendizagem, aquela que começa na primeira infância e só termina com a morte da pessoa.

O aprendizado de que para ser homem não é necessário ser violento, não precisa desrespeitar as mulheres, não deve excluir do seu convívio as pessoas diferentes de si. O aprendizado de que homens podem chorar; ser educados, delicados e gentis; companheiros e sensíveis aos problemas de outrem; respeitosos em relação à orientação sexual alheia, pois é direito delas, e só a elas diz respeito; o aprendizado de que são todos e todas seres humanos; diferentes, mas seres

humanos; e por serem humanos, todos e todas, em toda a sua diversidade, têm os mesmos direitos e devem ser tratados/as com igualdade e respeito, sem que nada disso os tornem menos homens.

Por meio do companheirismo, ou seja, da socialização, as pessoas – homens e mulheres – desenvolvem os sentimentos de solidariedade, igualdade e fraternidade, além do espírito de cooperação, pré-requisitos para que se viva em sociedade como cidadãos e cidadãs e que respeitem as leis e as pessoas com as suas diferenças.

O companheirismo entre homens e mulheres, que também podemos chamar de socialização em gênero deve ser iniciado na primeira infância, e possui função determinante em nossos comportamentos como pessoas adultas.

Já se foi o tempo em que o modelo de mulher – sonhado por muitos homens – era o de uma Amélia ou de uma Emília: *Eu quero uma mulher que saiba lavar e cozinhar/ Que de manhã cedo me acorde na hora de trabalhar/ Só existe uma/ E sem ela eu não vivo em paz/ Emília,*



Emília, Emília/ Não posso mais - **Wilson Batista e Haroldo Lobo (1941).**

Hoje as mulheres são advogadas, arquitetas, engenheiras, médicas, ministras, políticas são o que elas querem ser, são muito mais Pagus e Leilas.

Mexo, remexo na inquisição/ Só quem já morreu na fogueira/ Sabe o que é ser carvão/ Eu sou pau pra toda obra/ Deus dá asas à minha cobra/ Minha força não é bruta/ Não sou freira, nem sou puta/ Porque nem toda feiticeira é corcunda/ Nem toda brasileira é bunda/ Meu peito não é de silicone/ Sou mais macho que muito homem/ Nem toda feiticeira é corcunda/ Nem toda brasileira é bunda/ Meu peito não é de silicone/ Sou mais macho que muito homem/ Sou rainha do meu tanque/ Sou Pagu indignada no palanque/ Fama de porra louca, tudo bem!/ Minha mãe é Maria Ninguém/ Não sou atriz, modelo, dançarina/ Meu buraco é mais em cima/ Porque nem toda feiticeira é corcunda/ Nem toda brasileira é bunda/ Meu peito não é de silicone/ Sou mais



macho que muito homem - *Pagu de Rita Lee⁵ e Zélia Duncan⁶.*

E o que seria, então, um homem de verdade?

*Um dia vivi a ilusão de que ser homem bastaria
Que o mundo masculino tudo me daria
Do que eu quisesse ter*

*Que nada, minha porção mulher que até então se resguardara
É a porção melhor que trago em mim agora
É o que me faz viver*

*Quem dera pudesse todo homem compreender, ó mãe, quem dera
Ser o verão no apogeu da primavera
E só por ela ser*

⁵ Rita Lee (1947) é uma cantora e compositora brasileira, considerada a roqueira mais importante do Brasil.

⁶ Zélia Duncan (1964) é uma cantora e compositora brasileira.



*Quem sabe o super-homem venha nos restituir a glória
Mudando como um Deus o curso da história
Por causa da mulher*

*Quem sabe o super-homem venha nos restituir a glória
Mudando como um deus o curso da história
Por causa da mulher*

Super-Homem, a Canção
Gilberto Gil⁷

Antes de encerrar essa conversa, no entanto, gostaríamos de fazer nossas as palavras abaixo.

⁷ Gilberto Gil (1942) é um músico brasileiro; cantor, compositor e instrumentista. Foi vereador de Salvador (1989-1992). Em 2003, foi nomeado Ministro da Cultura do Brasil.

“Eu quero que os homens comecem essa luta para que suas filhas, irmãs e esposas possam se livrar do preconceito, mas também para que seus filhos tenham permissão para serem vulneráveis e humanos e, fazendo isso, sejam uma versão mais completa de si mesmos” - Emma Watson, Embaixadora Global da Boa Vontade da ONU Mulheres.

bibliografia

ALAMBERT, Zuleika. *A Mulher na História, A história da mulher.* Fundação Astrojildo Pereira (FAP). Abaré, 2004.

AMORIM, Marina Alves. *POR UMA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PARA ALÉM DA ESCOLA.* Belo Horizonte.
www2.faced.ufu.br/nephe/images/arq-ind-nome/eixo11/complestos/historia.pdf.

AMORIM, Marina Alves. *Tempos dos Femininos e a Educação das Mulheres: Uma microanálise das experiências de três gerações (Belo Horizonte/MG 1933/2003).* Belo Horizonte, 2004.
www2.faced.ufu.br/nephe/images/arq-ind-nome/eixo11/complestos/historia.pdf.

84

ANDRADE, Tânia. *MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO: ONDE NASCE A DESIGUALDADE?* Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. Julho, 2016.
www2.camara.leg.br/.../2016_12416_mulheres-no-mercado-de-trabalho_tania-andrade.

ANGELIN, Rosângela. *Gênero e Meio Ambiente: a atualidade do Ecofeminismo.* In: Revista Espaço Acadêmico, nº 58. Março de 2006.

BARMAN, Roderick J. *Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX.* São Paulo: UNESP, 2005.

BELO, I. *Velhice e Mulher: vulnerabilidade e conquistas.* Salvador: Revista Feminismos, V.1, N.3 Set. – Dez., 2013.
www.feminismos.neim.ufba.br/index.php/revista/article/viewFile/84/82

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES RURAIS BRASIL.* Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais. www.mda.gov.br.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil.* Brasília, DF, Senado, 1988.

BRASIL. Ministério da Justiça. *II PLANO NACIONAL DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS.* Secretaria Nacional de Justiça. Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Estratégias da Igualdade.* Brasília, 1997.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria de Assuntos Legislativos. *Série Pensando o Direito, nº 52.* IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Hospitalar e de Urgência. ARAGÃO DE JESUS, J.; ALVES E MELO, S. *Doença falciforme: o que se deve saber sobre herança genética.* Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Hospitalar e de Urgência – Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Saúde Brasil 2011 - Uma análise da situação de saúde e a vigilância da saúde da mulher.* Brasília, 2012.

Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_brasil_2011.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *A pessoa com deficiência e o sistema único de saúde. Série F. Comunicação e Educação em Saúde.* Brasília-DF, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Área Técnica de Saúde da Mulher. Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes: norma técnica. 2ª ed. atual. e ampl. – Brasília: Ministério da Saúde, 2005.*

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. *Política nacional de Saúde integral da População negra: uma política para o SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, departamento de Apoio à Gestão Participativa. – 2. ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013.*

bibliografia

BRASIL. Ministério Público Federal. Câmara de Coordenação e Revisão, 2. *Roteiro de atuação: tráfico internacional de pessoas*. Coordenação e organização de Raquel Elias Ferreira Dodge, Subprocuradora-Geral da República. – Brasília: MPF, 2014.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. *Novos Comentários à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. Brasília: SNPD-SDH-PR, 2014.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas Para as Mulheres. *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: SPM, 2004.

.Secretaria de Políticas Para as Mulheres. *II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: SPM, 2008.

.Secretaria de Políticas Para as Mulheres. *III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. (2013-2015). Brasília: SPM, 2013.

BRYM, Robert J. e Outros. *Sociologia: Sua Bússola para um Novo Mundo*. Cengage Learning - Ano: 2006.

CASA DA MULHER DO NORDESTE. *Mulher & Democracia. Mulher e Política: Lutas e Conquistas – Cadernos Feministas de Economia & Política 1*. Recife: M&D, 2004.

CAVALCANTI FILHO, José Paulo, 1948 - *Fernando Pessoa [recurso eletrônico]: uma quase autobiografia*. – Rio de Janeiro: Record, 2011. Recurso Digital

CEPIA; ONU MULHERES. *O Progresso das Mulheres no Brasil 2003-2010*. Coord. Org. PITANGUY, Jacqueline; BARSTED, Leila Linhares. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011. onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom_onu/pdfs/progresso.pdf

CORREIA, Sônia; PETCHESKYS, Rosalind. *Direitos Sexuais e Reprodutivos: Uma Perspectiva Feminista.* PHISIS: Rev. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 1996. p. 147-177.
www.unfpa.org.br/Arquivos/relatorio-cairo.pdf

COSTA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecília M. B. *TEORIA E PRÁXIS FEMINISTAS NA ACADEMIA OS NÚCLEOS DE ESTUDOS SOBRE A MULHER NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS.* In: Revista Feminismos. Vol.2, N.2, Maio - Ago. 2014. www.feminismos.neim.ufba.br.

DE CARVALHO, M.E.P; PEREIRA, M.Z.C (orgs.). *Gênero e Educação – múltiplas faces.* João Pessoa: Universitária UFPB, 2003.

FERRAZ, Salma (org.). *Dicionário Machista: três mil anos de frases cretinas contra as mulheres.* São Paulo: Jardins dos Livros, 2013.

FRANCO, J. R. e SILVEIRA DIAS, T. R. *A pessoa cega no processo histórico: um breve percurso.* www.ibc.gov.br/images/...30.../Nossos_Meios_RBC_RevAbr2005_Artigo-1.doc

GANZ, L. C. *A mulher e o mercado.* Brasil 247.

GONÇALVES, C. Walter Porto. *Os (des)caminhos do meio ambiente.* São Paulo: Contexto, 1998.

LIMA FILHO, Acácio Vaz. *GRACIANO E O PROCESSO MEDIEVAL.* In: *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.* São Paulo, 1993.
<https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/download/67345/69955>

MAPA DA VIOLÊNCIA 2015: *Homicídio de mulheres no Brasil.* www.mapadaviolencia.org.br

MARQUES, Vera Regina Beltrão. *História da Educação.* IESDE Brasil S.A. Curitiba, 2016.

MORAIS, Lorena Ribeiro de. *A legislação sobre o aborto e seu impacto na saúde da mulher.*

bibliografia

Senatus, Brasília, v. 6, n. 1, p. 50-58, maio 2008. pdf.
https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/.../legislacao_aborto_impacto.pdf?

NASCIMENTO, MR. *Feminização do envelhecimento populacional: expectativas e realidades de mulheres idosas quanto ao suporte familiar*, pp. 191-218. In L Wong (org.). *O envelhecimento da população brasileira e o aumento da longevidade. Subsídios para políticas orientadas ao bem-estar do idoso*. Belo Horizonte: CEDEPLAR-UFMG-ABEP, 2001.

OLIVEIRA, Karine. *Josefina Álvares de Azevedo: a voz feminina no século XIX através das páginas do jornal A Família*. Programa Nacional de Apoio à Pesquisa. Fundação Biblioteca Nacional; Ministério da Cultura. FBN; MinC, 2009.
<https://www.bn.gov.br/producao.../josefina-alvares-azevedo-voz-feminina-seculo-xix>

PARTO DO PRINCÍPIO. *“PARIRÁS COM DOR”*. Dossiê elaborado pela Rede Parto do Princípio para a CPMI da Violência Contra as Mulheres. 2012.
www.partodoprincipio.com.br/viol-ncia-obst-trica

PERNAMBUCO. Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade. *Programa de Educação Ambiental de Pernambuco - PEA/PE / Semas*. Recife: 2015 34p.:il.: col.

PERNAMBUCO. Secretaria da Mulher. *Das lutas à lei: uma contribuição das mulheres à erradicação da violência*. Secretaria da mulher; BUARQUE, Cristina; LOPES, Fábria; MEIRA, Fernanda; PONTES. Gabriella; SARAIVA Jeiza; LIBARDONI, Marlene. Recife: A Secretaria, 2011.

Gênero e Educação caderno na igualdade nas escolas. Secretaria da Mulher do Governo do Estado de Pernambuco (org.). Recife: A Secretaria, 2014.

Mulheres construindo igualdade: Caderno Etnicorracial / Secretaria da Mulher; Org e texto: TAVARES, Celma; BUARQUE, Cristina Maria; MEIRA, Fernanda; ALBERNAZ, Lady Selma; CAVALCANTI, Raiza; SOUZA, Rosângela; SILVA, Rosário. Recife: A Secretaria, 2011.

_____. *Mulheres Semeando Cidadania: caderno de políticas públicas* / Secretaria Especial da Mulher; org. e texto BUARQUE, Cristina; OLIVEIRA; Maria de; TAVARES; Celma. Recife: Secretaria Especial da Mulher, 2008.

PINTO, Giselle. *Mulheres no Brasil: esboço analítico de um plano de políticas públicas para mulheres.* In: XIV Encontro Nacional de Estudo Populacionais. Caxambu: Anais, ABEP, 2006. p. 31-32. Recurso Eletrônico.

PRIORI, Mary del. *Mulheres no Brasil Colonial.* São Paulo: contexto, 2000.

_____. *Histórias da Gente Brasileira: volume 1: Colônia.* São Paulo: LeYa, 2016.

_____. *Histórias da Gente Brasileira: volume 2: Império.* São Paulo: LeYa, 2016.

Resumo do Programa de Ação da CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (CIPD 94). realizada no Cairo. Nações Unidas, Nova York, 1995.
www.unfpa.org.br/.../publicacoes/.../416-resumo-doprograma-de-acao-da-conferenci...

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, Patriarcado, Violência.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTA CRUZ, Maria Áurea. *A Musa sem Máscara: a imagem da mulher na música popular brasileira.* Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1992.

SANTANA, Elissandro dos Santos. *Ecofeminismo como alternativa para a grande transformação da Terra.* Desacato.info. Porto Seguro, 2016.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital (orgs.). *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade biográfico e ilustrado.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

bibliografia

SENADO FEDERAL; Câmara dos Deputados; Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal; Secretaria da Mulher Na Câmara; BANCADA FEMININA. + *Mulher na Política: Mulher Tome Partido*. Brasília: Senado Federal, 2013.

SENADO FEDERAL. + *Mulheres na política: retrato da sub-representação feminina no poder*. Brasília: Senado Federal, Procuradoria Especial da Mulher, 2016.

SEVERIEN, Elizabeth; Teodósio, Marion. *O que é Gênero?* In: *Sexualidade e Gênero Construções na Diversidade Cultural e nas práticas Educativas*. Araújo, B; Medeiros, V.L; Novena, P.N. Recife: Libertas. 2010. P. 11-19.

SIQUEIRA, Tatiana Lima. *Joan Scott e o papel da história na construção das relações de gênero*. In: *Revista Artemis*. Vol. 8, jun 2008, p. 110-117.

SOAREZ DE OLIVEIRA, A.M. *Relação homem/natureza no modo de produção capitalista*. *Scripta Nova*. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona*. Vol. VI, nº 119 (18), 2002.

VAQUINHAS, Irene. *Linhas de Investigação para a história da investigação das mulheres dos séculos XIX e XX. Breve Esboço*. In: *Revista da Faculdade de Letras. HISTÓRIA*. Porto, III Série, vol. 3, 2002, p. 201-221.

VENTURA, M. *Direitos Reprodutivos no Brasil*. Brasília: UNFPA, 2009.

WERNECK, Jurema; IRACI, Nilza; CRUZ, Simone (Orgs). *MULHERES NEGRAS NA PRIMEIRA PESSOA*. Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras. Redes Editora. Porto Alegre, 2012.

WESTPHAL, Fernanda Prince Sotero. *REFLEXÕES ACERCA DO ACESSO AO ABORTO LEGAL NO BRASIL: OS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS DAS MULHERES VERSUS O DIREITO DE OB-*

JEÇÃO DE CONSCIÊNCIA DOS MÉDICOS QUE PRESTAM SERVIÇOS PELO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS. <https://www.amazon.com/Acesso-Aborto-Legal-Brasil-Reprodutivos/.../6130164297>

outros sites e blogs visitados

www.onu.org.br/

www.onumulheres.org.br/

www.unesco.org/new/pt/brasil/

www.bbc.com/mundo

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Brasil>

www.iadb.org/pt/...de.../quanto-custa-o-crime-e-a-violencia-no-brasil,11714.html

<http://danibado.tumblr.com/post/126517182559/os-grandes-misoginos-da-humanidade>

<http://www.scribd.com/doc/2326559/O-que-e-patriarcalismo-e-quais-suas-influencias-nos-dias-atuais>

<http://www.portaldamulher.rn.gov.br/navegacao/vermulhernopoderasp?idmulherpoder=6>

http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=527&Itemid=182

<https://oglobo.globo.com/economia/escravidao-moderna-atinge-45-milhoes-de-pessoas-no-mundo-diz-fundacao-19411230#ixzz4nwhA3wXN> [

outros sites e blogs visitados

<https://vejasp.abril.com.br/cidades/aborto-jefferson-drezett-perola-byington/>

epoca.globo.com/.../apenas-35-dos-casos-de-estupro-no-brasil-sao-notificados.html

hysteroocracya.blogspot.com/2007/01/mulher-e-filosofia.html

araretamaumamulher.blogs.sapo.pt/38288.html

www.brasil.gov.br/

www.stf.jus.br/

www12.senado.leg.br/

www2.camara.leg.br/

www.mpf.mp.br/

legislação consultada

Declaração Universal dos Direitos Humanos -1948.

<https://www.unric.org/pt/informacao-sobre-a-onu/direitos-humanos/14>

Convenção relativa à luta contra as discriminações na esfera do Ensino -1960.

<unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132598por.pdf>

Convenção sobre todas as Formas de Discriminação Racial -1965.

<unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139390por.pdf>

Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher -1979.

www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw.pdf

Declaração Mundial sobre Educação para Todos e Plano de Ação para satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem -1990.

<unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>

Declaração e Plano de Ação, Conferência de Direitos Humanos, Viena - 1993.

www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_viena.pdf

Declaração sobre o Ensino dos Direitos Humanos – Plano de Ação Integrado sobre a Educação para a Paz, os Direitos Humanos e a Democracia - 1994.

<unesdoc.unesco.org/images/0011/001128/112874por.pdf>

Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, também, conhecida como Convenção de Belém do Pará - 1994.

<www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencaobelem1994.pdf>

Declaração Mundial da Diversidade Cultural - 2001.

<unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>

Programa Mundial para a Educação em Direitos Humanos - 2004.

<unesdoc.unesco.org/images/0021/002173/217350por.pdf>

Marco Legal para conhecer e estudar

Importantes instrumentos de defesa dos direitos das mulheres - das últimas décadas -, criadas e/ou assinados pelo Estado Brasileiro.

A Constituição Federal de 1988,
marco no processo de redemocratização
do país e de reconhecimento dos
Direitos Das Mulheres.

94



- Recomendação n.º. 90, de 29 de junho de **1951**, da Organização Internacional do Trabalho – OIT, sobre a igualdade de remuneração de homens e mulheres trabalhadores por trabalho de igual valor;
- Convenção n.º. 111, de 25 de junho de 1958, da OIT, sobre Discriminação em Matéria de Emprego e Ocupação (entrou em vigor, no plano internacional, em **1960**);
- Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – CEDAW (**1979**);
- Recomendação n.º. 165, de 23 de junho de **1981**, da OIT, sobre Igualdade de oportunidades e de tratamento para homens e mulheres trabalhadores com encargo de família.
- Declaração e Plataforma de Ação da III Conferência Mundial sobre Direitos Humanos (Viena, **1993**);
- Declaração e Plataforma de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, **1994**);
- Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará (Belém, **1994**);
- Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing, **1995**);
- Protocolo Facultativo à CEDAW (**1999**);
- Cúpula do Milênio: Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (**2000**);
- Declaração e Programa de Ação da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata (Durban, **2001**);

telefones úteis:

Central de Atendimento à Mulher em
Situação de Violência
fone: **180**

Secretaria Nacional de Mulheres do
PSB

fone: **61 3327-6405**
email: mulherespsb40@gmail.com

SPM . Secretaria de Políticas para as
Mulheres

fone: **61 3313.7100/7101**
email: spmimprensa@spm.gov.br

Casa da Mulher Brasileira . DF

fone: **61 3324.6508**

Observatório Brasil da Igualdade de
Gênero

fone: **61 3313.7376**
email: observatorio@spmulheres.gov.br





Mulher e autonomia econômica: empreendedorismo e emprego
Mulheres, meio ambiente e desenvolvimento
Mulher e poder político: partidos e participação
Homem X Mulher: vamos empatar esse resultado?

